

# Comércio de Serviços Ecosistêmicos:

Quando o “pagamento por serviços ambientais” fornece uma licença para destruir



Por Jutta Kill  
World Rainforest Movement

<b>Por que um documento de análise do pagamento de “serviços ambientais”?</b>	<b>p. 3</b>
<b>Introdução</b>	<b>p. 5</b>
<b><i>Do “pagamento por serviços ambientais” ao “comércio de serviços ecossistêmicos”</i></b>	<b>p. 7</b>
- <i>Diferentes tipos de PSA</i>	p. 7
<i>Quadro: O que está sendo negociado nos mercados de “Serviços ecossistêmicos”?</i>	p. 10
- <i>Do simples comércio a complexas transações financeiras</i>	p. 13
<i>Quadro: Os projetos de compensação e a afirmação de que se sabe o que teria acontecido</i>	p. 16
- <i>Descubra as diferenças</i>	p. 17
<b>Por que essas diferenças são importantes</b>	<b>p. 19</b>
<b>Atores fundamentais que promovem a compensação por meio de PSA</b>	<b>p. 21</b>
- <i>Instituições multilaterais</i>	p. 21
- <i>Empresas multinacionais</i>	p. 22
<i>Quadro: Mineradoras criando projetos piloto com esquemas de compensação por PSA</i>	P. 23
- <i>ONGs conservacionistas</i>	p. 26
- <i>Fundos de investimento especializados e formadores de mercado</i>	p. 27
- <i>Universidades e consultorias</i>	p. 28
<b>Rastreando os fracassos da compensação por PSA</b>	<b>p. 29</b>
- <i>A compensação da biodiversidade por meio de PSA avança, apesar do histórico de fracasso</i>	p. 29
- <i>Por que o comércio de “serviços ambientais” vai aumentar a injustiça ecológica e socioeconômica</i>	p. 33
- <i>Os direitos das comunidades aos seus territórios – do acesso ao uso – tornam-se ainda mais precários</i>	p. 34
- <i>Contratos de compensação representam grande risco para o modo de vida tradicional das comunidades</i>	p. 34
<b>Lucrando com a destruição</b>	<b>p. 36</b>
- <i>O comércio de “serviços ecossistêmicos” necessita que a destruição continue, pois, sem destruição, não há o que “compensar”</i>	p. 36
- <i>Direitos da Natureza versus Licença para Destruir</i>	p. 36
- <i>O PSA como forma de despolitizar a luta por outro modelo econômico e de desenvolvimento.</i>	p. 37
<b>Mobilizar para dizer não ao comércio de serviços ecossistêmicos</b>	<b>p. 39</b>
<b>Outras referências para ler e assistir</b>	<b>p. 40</b>
<b>Lista de relatórios sobre impactos do PSA e dos projetos REDD sobre comunidades</b>	<b>p. 41</b>



Swedish Society for Nature Conservation

**MISEREOR**  
IHR HILFSWERK

**ejolt**

O presente documento foi produzido com a contribuição financeira da ajuda pública sueca de cooperação para o desenvolvimento através da Swedish Society for Nature Conservation (SSNC), Misereor e o projeto Environmental Organisations, Liabilities and Trade (EJOLT) (FP7-Science in Society-2010-1). No entanto, o conteúdo e as opiniões são inteiramente do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais.

## Por que um documento de análise sobre PSA ou pagamento por “serviços ambientais”?

---

Agências das Nações Unidas, a indústria, economistas ecológicos, um número crescente de consultorias e ONGs conservacionistas repetem, cada vez com mais urgência, que a continuidade de funções como filtração de água das florestas e solos, armazenamento de carbono em solos e vegetação, biodiversidade, polinização dos cultivos pelas abelhas, etc, é crucial para a humanidade e, portanto, precisa ser conservada. A ação que eles propõem é baseada na crença de que a única maneira de garantir que a natureza seja valorizada e protegida é dando visibilidade econômica ao valor dessas funções que ela cumpre gratuitamente. Argumentam que, uma vez que os mercados de capitais, os políticos e as empresas enxerguem o enorme valor econômico do que chamam de “serviços ecossistêmicos” – as funções e os processos que a natureza oferece à humanidade –, será mais fácil exigir a proteção dessa natureza. Alguns também propõem usar esse valor econômico – que, aparentemente, não passou despercebido a governos, corporações e capital financeiro – como forma de financiar a proteção da natureza através de pagamentos por esses “serviços ambientais” (PSA). Seguindo esta lógica, uma natureza visível ao capital é tudo o que é necessário para evitar a destruição do meio ambiente.

No entanto, outra maneira de ver os pagamentos por “serviços ambientais” é considerá-los como parte de um processo pelo qual o capital financeiro vai dominar ainda mais a forma como a natureza é usada e quem controla o acesso aos territórios – um processo também descrito como financeirização da natureza. Desta perspectiva, longe de reduzir a destruição, uma natureza vista pelo capital se torna parte integrante da manutenção de um sistema econômico que depende da destruição dessa natureza para sobreviver: e para começar, a natureza é reduzida a unidades de “serviços ecossistêmicos”, os quais, por sua vez, tornam-se um novo item que os mercados de capitais podem negociar.

Este documento parte de publicações anteriores do WRM sobre os temas da *Financeirização da Natureza* e dos *Pagamentos por Serviços Ambientais*, nas edições 175<sup>1</sup> (fevereiro de 2012) e 181 (agosto de 2012)<sup>2</sup> do Boletim do WRM. Essas publicações descrevem a história de “serviços ambientais” e explicam alguns termos financeiros como “ativos” e “derivativos”. Os boletins também descrevem o papel e o conteúdo de estudos muito citados pelos defensores de Pagamentos por “Serviços Ambientais”, como a Avaliação Ecossistêmica do Milênio (*Millenium Ecosystem Assessment*, MEA) e a Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade (*The Economics of Ecosystems and Biodiversity*, TEEB). Estes dois estudos, em particular, foram essenciais para promover o conceito de PSA nos últimos anos e ajudaram a criar o espaço político para que ele pudesse ser promovido internacionalmente. Houve muitas novas tendências e desdobramentos desde que o WRM publicou esses dois boletins, e a nova forma do PSA está se tornando mais visível. Governos começaram a compilar “Contabilidades do Capital Natural”, o Brasil alterou seu Código Florestal para permitir o comércio de “cotas de reserva ambiental”, a Comissão Europeia, o Reino Unido e vários outros países europeus estão debatendo

---

<sup>1</sup> <http://wrn.org.uy/bulletins/issue-175/>

<sup>2</sup> <http://wrn.org.uy/bulletins/issue-181/>

mudanças em suas leis ambientais para criar um comércio de créditos de compensação da biodiversidade. O estado brasileiro do Acre adotou uma lei completa chamada de “Sistema de Incentivos por Serviços Ambientais” (SISA) e, com apoio financeiro do governo alemão, está criando instituições, regulamentações e comitês para implementar essa lei. O primeiro exemplo de regulamentação da Lei é o Programa ISA-Carbono que cria a infraestrutura necessária para o comércio da capacidade das florestas de armazenar carbono. Em outras palavras, governos, corporações e o setor financeiro – nenhum dos quais é conhecido por ter defendido a natureza – estão todos mostrando um interesse crescente no PSA.

Por isso, consideramos que era hora de voltar ao problema, analisar o conceito de “Pagamento por Serviços Ambientais” em sua nova roupagem, examinar algumas das afirmações feitas por aqueles que argumentam que dar preço à natureza é a única maneira de salvá-la, mostrar quem são alguns dos atores e o que motiva seu interesse no PSA. Acima de tudo, esta é uma contribuição para documentar como a última versão da teoria do PSA está se concretizando nos territórios de que as comunidades florestais dependem para sua subsistência e seu modo de vida.

## Introdução

---

“A invisibilidade econômica da natureza deve acabar,”<sup>3</sup> escreve Pavan Sukhdev, pessoa chave por trás do estudo TEEB, em seu blog. Sua afirmação é repetida por muitos economistas, empresas e ONGs conservacionistas. O valor da natureza não é visível, dizem eles, e, portanto, as funções que ela cumpre – filtração de água em florestas e solos, armazenamento de carbono em solos e vegetação, biodiversidade, polinização dos cultivos pelas abelhas, etc, continuam sendo sacrificadas para gerar o ganho econômico visível que pode ser obtido destruindo a natureza. “*Imagem se tivéssemos as ferramentas para medir esses valores e integrá-los à tomada de decisões empresariais*”, escreve o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (*World Business Council for Sustainable Development*), um influente grupo de *lobby* na ONU, em seu Guia para a Avaliação Corporativa dos Ecossistemas<sup>4</sup>. Agências das Nações Unidas, empresas, ONGs conservacionistas e economistas ecologistas, portanto, afirmam que a única forma de garantir que a natureza seja valorizada e protegida é dando visibilidade econômica ao valor do que eles chamam de “serviços ecossistêmicos”, ou seja, funções e processos que a natureza fornece à humanidade. Eles argumentam que, quando os mercados de capitais, os políticos e as empresas conseguirem enxergar o enorme valor econômico desses “serviços ecossistêmicos”, será mais fácil exigir que a natureza seja protegida. Alguns também propõem usar essa valoração econômica para financiar a conservação da natureza, através de pagamentos por esses “serviços ambientais” (PSA). Os economistas apresentaram as primeiras estimativas do valor econômico dos “serviços ecossistêmicos”. Muitos programas, iniciativas e financiamentos a pesquisa e desenvolvimento estão sendo apresentados como preparação para que esses “serviços ambientais” ou “ecossistêmicos” sejam colocados no mercado e comercializados no futuro.

Desde que os primeiros programas de PSA foram criados, os defensores dos pagamentos por “serviços ambientais” têm afirmado que as comunidades dependentes da floresta e os povos da floresta serão os grandes beneficiários. Mas isso é verdade? Os primeiros programas de PSA tinham uma tendência a beneficiar principalmente aquelas que já são mais privilegiadas dentro de uma comunidade. Também mostraram como o valor intrínseco da natureza passa a ser menos valorizado, Arranjos tradicionais, não monetários, para proteger as funções da natureza – restrições culturais ou de outro tipo ao uso e a proteção da natureza que são observados localmente– podem ser prejudicados quando se introduzem esquemas de PSA. Exemplos concretos, visíveis na forma como o comércio na natureza é implementado, sugerem que essas tendências serão ainda mais fortes quando o PSA se transformar em um comércio de “serviços ecossistêmicos”.

Cada vez mais, PSA significa “pagamento que dá permissão para destruir”. Para estabelecer esses pagamentos que permitem destruir, a natureza, em toda a sua complexidade, sua interconexão, sua diversidade e sua singularidade, é empacotada em unidades de “serviços ecossistêmicos” de uma forma que excede em muito a mercantilização necessária para os programas anteriores de PSA. Os certificados (muitas vezes chamado de “créditos de compensação”) usados como garantia de que o “serviço” está sendo mantido em algum lugar podem ser comprados por empresas em troca de

---

<sup>3</sup> <http://pavansukhdev.com/>

<sup>4</sup> WBCSD Guide to Corporate Ecosystem Valuation. Página 12, versão em inglês.

permissão para destruir um pedaço “equivalente” da natureza, onde elas puderem lucrar com isso. Uma empresa de mineração pode só obter uma licença para ampliar sua mina em uma área protegida onde a atividade foi proibida por lei se comprar “compensações de biodiversidade” para preservar outra biodiversidade em um lugar diferente, em troca da biodiversidade do Parque Nacional que a nova mina irá destruir. Um projeto de urbanização pode só ser permitido no cinturão verde de uma cidade, que não permitia qualquer projeto desse tipo, se a empresa executora do projeto comprar “compensações de biodiversidade”. Ou ainda, um criador de gado ou uma empresa madeireira podem ser poupados de restaurar a floresta que derrubaram ilegalmente se comprarem “cotas” ou “créditos de reserve ambiental” em um intercâmbio financeiro de “serviços ambientais”. A natureza, tendo sido empacotada em unidades de “serviços ecossistêmicos” que possam ser comparados entre si, também pode ser negociada como um ativo financeiro. O “serviço ecossistêmico” passa a estar disponível para especulação. Uma natureza única e interligada é transformada em unidades de “serviços” separadas, que podem ser comparadas, misturadas e combinadas, compradas e vendidas, porque uma delas é considerada como substituta equivalente e adequada da outra. Essa abstração transformou a natureza dinâmica, em constante mudança e interligada, em unidades lineares, mensuráveis e comparáveis de “serviços ecossistêmicos”.

A abstração também permite que os mercadores desses certificados de “serviços ecossistêmicos” finjam que as unidades existem desprovidas de seus entornos, que não há interação entre essas unidades de “serviço ambiental” e as culturas, as práticas sociais, o uso da terra, os quais evoluíram com a parte dessa natureza reduzida a um “serviço ecossistêmico”. Portanto, o pressuposto de que se pode separar a dimensão ambiental da destruição de sua dimensão social é inerente ao conceito de PSA e, em especial, ao comércio de “serviços ecossistêmicos”. Esquemas de compensação por PSA que incluem a permissão para destruir, desde que o “serviço ambiental” seja substituído em outro lugar, aceitam de bom grado a destruição não compensada e não compensável da relação social, da cultura e da prática social ligada à natureza. Ao longo do caminho, as leis estão sendo alteradas para que a exigência anterior de garantir “perda zero de biodiversidade” seja substituída pela obrigação muito mais branda de assegurar que “não haja perda **líquida** de biodiversidade”. Onde a legislação anterior proibia a destruição de importantes funções ecológicas, as leis revisadas permitirão a destruição de áreas com essas funções, desde que o responsável pelo “desenvolvimento” possa mostrar que não haverá perda **líquida**, pois, aparentemente, a natureza que está sendo destruída em um lugar será recriada e preservada em outro.

# ***Do “pagamento por serviços ambientais” ao “comércio de serviços ecossistêmicos”: diferenças importantes***

***“O objetivo é transformar a legislação ambiental em instrumentos negociáveis”***

Pedro Moura Costa, Bolsa Verde do Rio de Janeiro<sup>5</sup>

## **Diferentes tipos de PSA**

Com base em exemplos existentes sobre as modalidades de pagamento mais comuns, todas conhecidas como PSA, a seção a seguir descreve algumas características comuns de quatro tipos diferentes de PSA encontrados atualmente. Esses quatro grupos mostram como os programas originais de PSA que usavam financiamento público para a implementação de uma política pública (I), deram origem a iniciativas de PSA financiadas por doações privadas ou programas voluntários com propósitos de propaganda (II). Mais recentemente, surgiram esquemas de PSA para “compensação”, em que o pagamento voluntário de uma “compensação” visa anular a poluição considerada excessiva (III) ou esquemas que dão permissão para destruir ou poluir acima do limite legal (IV). Os esquemas das categorias III e IV se tornaram os tipos mais polêmicos de PSA.

**I. PSA para implementar políticas públicas que protejam a natureza.** Trata-se de esquemas de PSA nos quais governos por meio de uma política pública usam dinheiro público para pagar ou subsidiar a restauração ou a proteção de “serviços ambientais”. Alguns dos exemplos mais conhecidos são: (a) as cidades de Nova York ou Vancouver pagando proprietários de bacias hidrográficas que se encontrem fora dos limites municipais e, portanto, não sejam restringidas por regulamentações municipais, para que preservem a terra vital para o abastecimento de água dessas cidades; (b) o governo da Costa Rica pagando proprietários de terra com dinheiro público, arrecadado com a cobrança de um imposto sobre o consumo de gasolina, para que não cortem florestas ou para que as restaurem; (c) os pagamentos da Política Agrícola Comum da UE aos agricultores para que preservem a biodiversidade. Outro exemplo frequentemente citado é o de duas comunidades no Himalaia indiano, Kuhan e Ooch, que chegaram a um acordo para proteger as águas das quais ambas as comunidades dependiam (ver Box abaixo). Embora não esteja vinculado à implementação de uma política pública, o pagamento tem muitas características em comum com os esquemas de PSA que são basicamente subsídios para implementar uma política de interesse público.

Os valores a serem pagos em esquemas desse tipo são negociados ou definidos pelo Estado, ou diretamente entre as partes envolvidas. O pagamento pode compensar a falta de capacidade de fiscalização de uma proibição de corte raso de madeira ou, como no caso dos programas de PSA das bacias hidrográficas de Nova York e Vancouver, pode ser motivado por uma política que era de interesse público: a restauração de florestas degradadas e a prevenção de novas perdas florestais. O “serviço” é descrito em termos

---

<sup>5</sup> Pedro Moura Costa, cofundador da empresa de compensação de carbono Ecorescurities e fundador da Bolsa Verde do Rio de Janeiro. <http://www.bvrrio.org/site/>

muito gerais ou nem é descrito. Não é necessária qualquer medição direta ou detalhada da quantidade ou da qualidade do “serviço” específico pelo qual o pagamento é recebido, e ***esse pagamento não está vinculado à permissão para destruir ou poluir acima dos limites legais em outros lugares.*** Os pagamentos não necessitam de um mercado financeiro e não se compra nem se vende qualquer mercadoria ou ativo ambiental. Não é necessário modificar a legislação em vigor para criar novos ativos ou definir mercadorias ambientais. O risco de danos à coesão da comunidade ou de restrição dos direitos a acesso e uso do território da comunidade é relativamente baixo. Mas ele certamente existe, como mostra o exemplo do esquema de PSA na Costa Rica. Nele, agricultores mais pobres e comunidades indígenas não conseguiram acessar o programa, enquanto os beneficiados foram apenas proprietários de terras maiores e em melhor situação financeira. São necessários contratos que especifiquem as mudanças de uso da terra ou do território, mas as obrigações só duram enquanto o pagamento for recebido.

Pagamentos para evitar a erosão do solo como parte de negociações comunitárias complexas

Duas comunidades nos Himalaias indianos, Kuhan e Ooch, dependem do mesmo rio que atravessa os territórios de ambas. Para garantir o abastecimento de água para suas atividades agrícolas, os moradores de Kuhan haviam construído uma pequena barragem em um riacho que atravessa a aldeia, mas o reservatório logo começou a se encher de lodo, diminuindo consideravelmente sua capacidade. Descobriu-se que a maior parte do lodo vinha da aldeia de Ooch, localizada a montante, e era causado pela erosão do solo resultante da criação de gado intensiva. Segundo o acordo feito entre as comunidades, a aldeia de Ooch proibiu que o gado pastasse em sua terra comunitária por oito anos e, em troca, a aldeia de Kuhan pagou por esse sacrifício e também pelo plantio de mudas de árvores para combater a erosão. Em ambas as aldeias, a comunidade em geral participou do processo, e o acordo foi discutido por todos.<sup>6</sup>

**II. Doações do setor privado e programas governamentais não ligados a políticas públicas.** São esquemas onde empresas ou entidades públicas oferecem projetos de PSA para evitar danos à reputação, para fazer lavagem verde em atividades prejudiciais às comunidades ou para reduzir a oposição local à futura expansão de atividades empresariais, como a extração de água, minerais, petróleo, carvão ou a construção de uma megabarragem ou de estradas. Por exemplo, corporações como a Coca-Cola pode pagar pela proteção de água para compensar danos causados à água da comunidade. Nesse tipo de caso, o projeto PSA pode acontecer onde a empresa extrai a água, mas o projeto de PSA também pode ser localizado em outro lugar.

---

<sup>6</sup> Singh, Supriya (2009): “Payments for Ecosystem Services (PES) in India from the bottom-up.” Publicado em DowntoEarth, revista quinzenal do CSE na internet, e em [www.ceceec.net/case-studies/payment-for-ecosystem-services-pes-in-india-from-the-bottom-up/](http://www.ceceec.net/case-studies/payment-for-ecosystem-services-pes-in-india-from-the-bottom-up/)

### **O Programa Socio Bosque do Equador**

Uma variação desse tipo são iniciativas como o programa *Socio Bosque* do Equador, no qual o Ministério do Meio Ambiente do país faz acordos de conservação com proprietários de terras privadas e comunitárias.<sup>7</sup> Em troca da manutenção da cobertura florestal, o programa oferece pagamentos monetários anuais. Embora tenha sido criado sem abordar a mudança climática como um objetivo explícito, o programa se tornou um dos componentes da estratégia nacional de REDD+ do ministério.

Programas como o *Socio Bosque* compartilham muitas das características dos esquemas de PSA descritos no item II, mas, ao contrário dos exemplos típicos de PSA motivados por interesses de propaganda da empresa, neste caso o Estado está envolvido na distribuição de pagamentos e o esquema depende de infraestrutura do Estado. Inicialmente, o *Socio Bosque* foi todo financiado pelo governo do Equador. O governo está tentando diversificar as fontes de financiamento para o programa, e considera incluir pagamentos por parte da indústria como condição compensatória à obtenção de licenças para atividades extrativistas e outras de alto impacto. Desta forma, o governo espera que a indústria acabará por contribuir com até 40% do orçamento do *Socio Bosque*. Também, o governo espera receber outras contribuições empresariais voluntárias, possivelmente ligadas a alguma forma de compensação ambiental ou pagamentos internacionais de REDD+.

Programas de PSA como o *Socio Bosque* parecem estar esperando para ver se o prometido mercado ambiental que motivou sua criação vai se materializar. Se isso acontecer, esses programas provavelmente mudariam e se transformariam em esquemas de pagamentos como os que citamos no item IV, abaixo.

Esse tipo de iniciativa de PSA é voluntário, sem que uma lei exija o pagamento. Em geral, ***não se alega que o pagamento seja “equivalente” aos danos causados em termos econômicos e ecológicos.*** O valor do pagamento é decidido pela empresa ou entidade pública que o oferece. Podem ser usados alguns indicadores básicos para monitorar aquilo que pode ser apontado como “resultados”, mas não é necessário haver qualquer quantificação ou monitoramento dos “serviços ecossistêmicos” específicos. Os mercados financeiros não se envolvem e não se cria nem se negocia qualquer *commodity* de “serviços ambientais”. Pode haver contratos descrevendo a forma como o pagamento deve ser gasto, mas as obrigações só duram enquanto o pagamento for recebido.

### **III. Pagamentos voluntários por poluição ou destruição consideradas excessivas.**

Este esquema é financiado por indivíduos, instituições públicas, ONGs e empresas que voluntariamente escolhem “anular” suas atividades poluentes. O indivíduo ou o público podem considerar as atividades uma “ofensa moral”, ou o pagamento pode visar evitar o

---

<sup>7</sup> Ecuador's Socio Bosque Programme. 2012. <http://cdkn.org/resource/private-conservation-agreements-support-climate-action-ecuadors-socio-bosque-programme/>

risco à reputação ou à imagem, caso pareça que a empresa, a instituição ou o indivíduo responsável por níveis de poluição ou destruição da natureza acima da média não está tomando medidas “compensatórias”. Entre os exemplos desses sistemas de pagamento para compensação estão a oferta, pela FIFA, de compensações por jogadores e visitantes que frequentam jogos da Copa do Mundo de Futebol e por emissões geradas pela construção de novos estádios, uma estrela do rock que compra compensações por uma turnê ou pelo lançamento de um CD, um indivíduo que compra compensações de dióxido de carbono porque toma um voo que libera carbono, etc.

**IV. O PSA como permissão para destruir ou poluir acima do limite legal.** As leis ambientais são alteradas para permitir que uma empresa polua ou destrua a natureza acima de um limite estabelecido pela lei. Destruir acima do limite é considerada em conformidade com a lei, desde que se pague pela poluição ou destruição extra a ser “compensada” em outro lugar. Causar essa poluição ou destruição da natureza acima do limite legal costumava ser crime, uma violação da lei – e podia resultar em uma multa ou outra penalidade. A mudança na lei que inclui compensações de PSA substitui o risco de pagamento de multas ou outras penalidades pela opção de a empresa pagar para “compensar” ou “anular” a poluição ou a destruição da natureza acima de um limite legal. Considera-se que a empresa está cumprindo a lei se o pagamento tiver sido feito a alguém que vá “compensar” o excesso de poluição ou destruição, mesmo que a própria empresa tenha causado mais poluição ou destruído mais a natureza do que o permitido por lei. A mesma atividade empresarial que antes era considerada uma violação da lei, e pela qual a empresa poderia ser multada, foi transformada em atividade legal porque a empresa paga pela permissão para poluir ou destruir mais do que a lei permite. As comunidades afetadas pela poluição a mais não podem processar judicialmente a empresa por poluir ou destruir mais natureza do que a lei permite, porque a própria lei autorizou a empresa a ultrapassar o limite legal – mediante pagamento de uma taxa na forma de compensação por meio de PSA.

## **O que está sendo negociado nos mercados de “Serviços ecossistêmicos”?**

Ao comercializar grãos, óleo ou algodão nos mercados financeiros, um banco, um corretor ou uma empresa supõem que um determinado volume de uma qualidade muito claramente definida da *commodity* que estão negociando – grão, café, algodão, óleo, etc – existe, na hora da negociação ou futuramente, em algum lugar, por exemplo em um armazém, em um campo ou em um navio petroleiro. O que eles comercializam é papel ou representações eletrônicas de uma quantidade mensurável e qualidade bem definida, da *commodity*.

No caso dos “serviços ambientais”, tampouco é o “serviço” em si que está sendo comercializado, mas sim um certificado que representa a garantia de que o “serviço” existe em lugar, quantidade e qualidade determinados. Esse certificado costuma ser chamado de “crédito de compensação”.

Mas o certificado é, realmente, o tipo de garantia confiável e necessário para que o “serviço ambiental” seja negociado como se fosse uma mercadoria?

Negociar em um mercado é fazer uma promessa. E quanto mais complexo for o mercado, mais garantias os compradores quererão antes de poder confiar nas promessas originais sobre a qualidade e a quantidade da negociação. Não é fácil “olhar os dentes do cavalo”, portanto, eles precisam de outra maneira para ter certeza de que não estão comprando um certificado que lhes dará maçãs podres quando pensaram se tratar de laranjas novas. Sem

essa confiança na promessa sobre a qualidade e a quantidade do produto, um mercado de *commodities* não funcionaria bem. É por isso que todas as *commodities* negociadas em nível global, para que sejam negociáveis, devem ser divisíveis nessas unidades para as quais a quantidade e qualidade podem ser definidas de forma confiável. A qualidade dessas unidades deve ser comparável, com a menor variação regional ou local possível. No caso dos “serviços ecossistêmicos”, é mais complicado, porque diferente das *commodities* estabelecidas, o que se negocia não é realmente o “serviço” – que em si já é mal definido (o que é exatamente um “serviço ecossistêmico”?) - e sim um certificado que contém a promessa de manter o “serviço” em uma determinada condição durante um determinado tempo.

Antes de se poder negociar um “serviço ambiental” – ou certificados que representem esse “serviço” – em um mercado desse tipo, ele deve ser definido de forma que permita comparar um pacote daquele “serviço” em um lugar com outro pacote do mesmo “serviço” em outro lugar. Com base nessas definições e medições, o negociador deve poder confirmar que os dois pacotes oferecem a mesma *commodity*. Ele também deve poder confirmar e avaliar a qualidade (e a quantidade) do “serviço” com base nas definições e medições – para não pagar pelo que pensa ser 10 toneladas de laranjas novas quando, na verdade, são 5 toneladas de maçãs podres.

Já não é tão simples definir *commodities* como café, óleo, algodão ou milho de forma tão confiável quanto querem os negociadores. Até agora, foi impossível chegar a essa definição e, em seguida, avaliar o “serviço” de forma tão precisa quanto querem os mercados de *commodities* para todos os “serviços ambientais”. Mesmo assim, algumas delas são negociadas em mercados financeiros avançados, como o dióxido de carbono. Até recentemente, o principal mercado para os certificados de compensação de dióxido de carbono era o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). O MDL faz parte do Protocolo de Quioto, um tratado internacional sobre o clima (ver Boletim 172<sup>8</sup> e a página na internet da Carbon Trade Watch<sup>9</sup>). Os países industrializados que possuem uma meta de redução de emissões segundo esse tratado podiam usar certificados de compensação do MDL para alegar que atingiram suas reduções. Quando a demanda por esses certificados de compensação do MDL caiu porque os países industrializados não se comprometeram com grandes reduções de gases do efeito estufa depois de 2012, o preço dos certificados desabou.

Além disso, inúmeros relatos mostram que muitos deles – provavelmente a maioria dos certificados de compensação do MDL que são vendidos – não representam quaisquer reduções adicionais. Isto mostra que é um mercado pouco seguro e, por conseguinte, de risco. Esse mercado só é possível por ter sido criado por governos que decidiram aceitar créditos de carbono como representação de uma redução verificável de uma tonelada de CO<sub>2</sub> equivalente, mesmo que não possam confirmar se essa tonelada extra de CO<sub>2</sub> foi reduzida (porque os créditos de carbono são uma *commodity* imaginária). Em outras palavras, se o comércio global de maçãs seguisse o exemplo do mercado de carbono, as maçãs podres, as maçãs frescas e mesmo a polpa de maçã que sobra ou uma sacola vazia etiquetada como contendo “maçãs”, seriam consideradas equivalentes entre si e negociáveis como se fossem a mesma coisa.

A possibilidade de comprovação dos créditos de compensação de biodiversidade é igualmente duvidosa.<sup>10</sup> Por exemplo, em uma “compensação da biodiversidade de

---

<sup>8</sup> <http://wrm.org.uy/bulletins/issue-172/>

<sup>9</sup> [www.carbonradewatch.org](http://www.carbonradewatch.org)

<sup>10</sup> Morgan Robertson (2006): The nature that capital can see: science, state, and market in the commodification of ecosystem services. *Environment and Planning D: Society and Space* 24:367–387.

morcegos”, normalmente os morcegos e seu habitat não são comprados e depois transferidos para o lugar onde o comprador do certificado destrói seu habitat. O que se negocia é uma representação, o certificado de compensação. Esse certificado representa uma garantia de que os morcegos e seu habitat que o vendedor está oferecendo são equivalente, em quantidade e qualidade, aos morcegos e ao habitat que o comprador do certificado destruirá. O comprador tem que ter a garantia de que, quando mostrar o certificado à autoridade ambiental, esta vai aceitá-lo como equivalente ao habitat e aos morcegos destruídos.

A Chicago *Board of Trade* é uma das mais importantes instituições para o comércio de commodities alimentares. De todos os diferentes tipos de milho que existem no mundo, ela só permite o comércio de milho amarelo. Mas não de qualquer milho amarelo. Ela definiu exatamente o que entende por essa definição: “milho cuja semente seja amarela e não contenha mais do que 5,0% de milho de outras cores. Sementes amarelas de milho com um leve toque de vermelho são consideradas milho amarelo”. (a)

A seguir, o preço de mercado do milho amarelo que se enquadra na definição acima é ajustado em função da qualidade (“classe”) do milho amarelo. Há muito pouca diferença entre os vários tipos (ver, em relatório da empresa de consultoria The Munden Project, uma tabela que mostra como até mesmo uma pequena mudança na qualidade tem impacto sobre o preço, e portanto, até onde as medições têm que ser exatas para detectar estas pequenas diferenças de qualidade). Isto “reflete a sensibilidade – em quase todos os mercados financeiros – que os negociadores têm a alterações, ainda que pequenas, na qualidade ou na quantidade do ativo em questão”, a The Munden Project escreveu em um relatório que analisou se créditos de carbono de REDD seriam viáveis para negociação em um mercado comparável com os requisitos padrão do comércio de commodities. Ela concluiu que “o comércio de carbono florestal é inviável da forma como está atualmente construído”. No entanto, o lobby do REDD continua a insistir que a negociação de créditos de carbono florestal é possível, reduzirá o desmatamento e oferecerá benefícios para as comunidades que dependem da floresta.

(a) Padrões da USDA para o milho nos Estados Unidos.  
<http://www.gipsa.usda.gov/fgis/standards/810corn.pdf>

Fonte: The Munden Project (2011): “REDD and Forest Carbon: Market-Based Critique and

O mercado de carbono mostrou que se pode continuar negociando, desde que a autoridade ambiental aceite o certificado, mesmo que ela não consiga confirmar se ele realmente representa a garantia que deveria dar, prevista pela lei ou pela regulamentação. Mas, quando isso acontece, a natureza perde. Do ponto de vista ambiental, o certificado representa uma garantia de que o proprietário da terra que abriga os morcegos e seu habitat (a) tinha a intenção comprovada de não manter a qualidade do habitat e que ele (b) protegerá a terra em uma condição pelo menos tão boa quanto a do momento em que o crédito foi vendido. O proprietário que recebe o pagamento do “serviço ambiental” pelo morcego e seu habitat vende a permissão para que outro destrua morcegos em seu próprio habitat, e faz a promessa de “anular” o dano que o comprador causará ao habitat dos morcegos. Se o proprietário não preservar o habitat dos morcegos pelo mesmo tempo em que o habitat em outro local permanecer danificado, tanto a natureza original quanto a substituta de compensação terá sido perdida, possivelmente será insubstituível. Essa é a

aposta que os promotores dos mercados de “serviços ecossistêmicos” estão dispostos a fazer.

Além do maior dano ecológico e social que resultará da “compensação” por PSA, o mercado de carbono já mostrou que a negociação dessas “commodities imaginárias” também abre a porta a fraudes. Peter Younger, da organização policial internacional Interpol, afirmou, em relação à negociação de créditos de carbono florestal: “O que se está obtendo não é uma entidade ou um ativo físico, mas um pedaço de papel. [...] Na verdade, você poderia estar falsificando a propriedade de algo que se pode ver, para vender algo que não se pode. E depois inserir isso nos mercados de carbono e vender para as pessoas”.

11

## Do simples comércio a complexas transações financeiras

Os esquemas de PSA descritos nos itens III e IV estão usando os mercados financeiros em graus variados para definir o preço dos “serviços ambientais”. Alguns são transações únicas entre vendedor e comprador, enquanto outros envolvem intermediários financeiros e plataformas de negociação financeira. Quanto maior a importância da negociação nos mercados financeiros, mais papelada – produzida ou verificada por consultores especializados – é necessária para demonstrar que os certificados representativos de diferentes unidades de “serviço ambiental” são comparáveis em qualidade e quantidade. E quanto maior a importância da negociação nos mercados financeiros, menos controle as comunidades têm sobre o preço oferecido a elas e sobre restrições e monitoramento do uso da terra que estão relacionados aos pagamentos.

(1) **Transação Única.** A maioria das transações de “compensação” por meio de PSA consiste em uma única transação entre um vendedor que poluiu ou destruiu abaixo do limite legal e o comprador que precisa de unidades de “serviço ambiental” para anular poluição ou destruição acima do limite legal. Só é necessário um mercado ambiental rudimentar, pois o “serviço ambiental” e as unidades de compensação costumam ser comprados diretamente para uso final, sem revendas. O preço é estabelecido predominantemente por uma negociação entre o vendedor e o usuário final da compensação.

(2) **Bancos de Biodiversidade e Bolsas Ambientais.** Os esquemas de compensação por PSA cada vez mais usam plataformas de negociação, “bancos de espécies” ou “bancos de habitats”, que atuam como “criadores de mercados” e intermediários entre compradores e vendedores. O preço passa a depender mais da negociação que ocorre na plataforma, e diminui o controle que o vendedor original ou o comprador final têm sobre a definição do preço. A negociação em “créditos para restauração florestal” criada pela revisão do Código Florestal Brasileiro em 2012, por exemplo, usa a Bolsa Verde do Rio de Janeiro (BVRio). Esta é uma plataforma de negociação localizada naquela cidade, onde compradores e vendedores interessados podem registrar e oferecer ou comprar seus créditos chamados de CRA (Cota de Reserva Ambiental). Cada CRA representa um hectare de floresta protegida do tipo exigido pelo

---

<sup>11</sup> <http://www.redd-monitor.org/2010/10/01/joining-the-little-redd-dots-stories-from-the-world-of-carbon-trading/>

Código Florestal (ver abaixo para mais detalhes). A mesma unidade de “serviço ambiental”, neste caso chamado de CRA, pode ser comprada e vendida várias vezes antes de ser adquirida pelo proprietário de terras ou pela empresa que precisa dela para anular o desmatamento acima do limite legal.

Como o preço das unidades é o principal interesse de compradores e especuladores em plataformas de negociação ambientais como a BVRio, torna-se mais importante que os certificados para cada pacote de “serviço ambiental” sejam comparáveis em qualidade e quantidade a outras unidades oferecidas. Também há o aumento da demanda por evidências de que as unidades serão aceitas pelas autoridades ambientais como “equivalentes” ou suficientemente semelhantes ao poluente ou à natureza a ser destruído. Elas têm de ser semelhantes o suficiente para que o órgão ambiental as aceite como prova de que os impactos ecológicos da poluição ou da destruição acima dos limites estabelecidos pela lei foram anulados. Assim, o “serviço ambiental” foi transformado em uma *commodity* que pode ser negociada em bolsas de valores.

Além de empresas ou proprietários de terra que precisam de certificados de compensação para “anular” poluição ou destruição da natureza, especuladores, corretores e empresas especializadas em negociação também podem comprar e vender as unidades de “serviços ambientais”. Criou-se um mercado onde aqueles que venderam as unidades originalmente – comunidades ou donos de terras com mais do “serviço ambiental” específico do que o necessário nos termos da lei – não são mais envolvidos, apenas como provedores da commodity que outros negociam e da qual obtêm lucro.

**(3) Os operadores financeiros definem o preço.** Nos esquemas mais complexos de comércio de compensação por meio de PSA, a “compensação” é negociada em um mercado cujos certificados representam “serviços” ainda menos comparáveis entre si. Exemplos disso são o comércio de licenças de emissão e certificados de compensação vinculados a tratados climáticos como o Protocolo de Quioto, o Esquema de Comércio de Emissões (ETS) da UE ou o mercado de carbono da Califórnia (para mais detalhes sobre a forma como estes mercados de poluição funcionam, ver, por exemplo, as publicações *Projetada para Fracassar* ou, em inglês, *Carbon Trading. How it works and why it fails*<sup>12</sup>.)

Nesses esquemas, os países industrializados (no âmbito do Protocolo de Quioto) ou empresas (no ETS da UE e no mercado de carbono da Califórnia) são obrigados por lei a fazer um inventário da quantidade de emissões de CO<sub>2</sub> e fazer cada emissão de uma tonelada de CO<sub>2</sub> equivalente a uma ‘licença para emitir 1 tonelada de CO<sub>2</sub>’. Essas licenças são entregues ou leiloadas pelo governo no caso do ETS da UE ou do mercado de carbono da Califórnia. No caso do Protocolo de Quioto, sua distribuição gratuita aos países industrializados foi decidida pela Conferência do Clima das Nações Unidas em 1997, que adotou o Protocolo. Se as empresas (ou países) ficarem sem essas licenças e outras empresas (ou países) não estiverem oferecendo as suas a preços atrativos, o mercado de carbono oferece outra alternativa à parar a produção: créditos de compensação. Em outras palavras, paga-se alguém que não é obrigado a manter suas emissões abaixo de um certo limite para que reduza suas emissões voluntariamente. Em seguida, essa redução

---

<sup>12</sup> <http://www.fern.org/designedtofail> / <http://www.carbontradingwatch.org/publications/carbon-trading-how-it-works-and-why-it-fails.html>

voluntária é oferecida à empresa ou ao país que arrisca parar a produção porque atingiu seu próprio limite de poluição. O mercado de compensação de carbono mais conhecido é o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). A licença de emitir CO<sub>2</sub>, que uma agência do governo fornece à empresa como direito de emitir uma tonelada de CO<sub>2</sub>, é o direito no papel que representa uma tonelada de CO<sub>2</sub> que o governo recebeu ou criou, neste caso através do Protocolo de Quioto. O CO<sub>2</sub> negociado como crédito de compensação tem que mostrar que vem de um estoque aceito de dióxido de carbono, disponível para negociação. Portanto, o crédito de “compensação”, tem que mostrar que representa uma tonelada *extra* de CO<sub>2</sub> que, sem o pagamento do crédito de “compensação”, teria sido liberado à atmosfera. A redução tem que ser extra, porque justifica uma emissão extra – ou adicional – que não teria sido permitida porque a empresa já tinha atingido o seu limite. O quadro “Os projetos de compensação e a afirmação de saber o que teria acontecido” mostra por que não é possível realmente verificar se os créditos de “compensação” reduziram as emissões extras ou preservaram floresta que de outra forma teria sido cortada – e por que os créditos de “compensação” resultarão em mais poluição ou mais destruição em geral.

Apesar desta diferença fundamental, os certificados de compensação são considerados iguais a licenças de emitir CO<sub>2</sub> no mercado de carbono. Nos mercados de “serviços ambientais” desse tipo, a negociação especulativa por parte das corretoras especializadas ou bancos, que não tem uma obrigação legal para reduzir emissões também é mais comum. Esse comércio especulativo determina principalmente o preço dos certificados dos “serviços ambientais”.

Se o Esquema de Comércio de Emissões (ETS) da União Europeia, o Protocolo de Quioto ou o mercado de carbono da Califórnia permitissem às empresas comprar créditos de compensação de REDD, isso significaria que a agência que regula esses mercados de carbono considera, por exemplo, que o crédito de REDD tem o mesmo efeito sobre as mudanças climáticas de um crédito que representa uma tonelada de carbono economizada pela produção de eletricidade em painéis solares em vez da queima de carvão. Eles teriam que acreditar que o dióxido de carbono representado pelo crédito de REDD – ou seja, um crédito que representa uma tonelada de dióxido de carbono economizada ao não se cortar uma floresta ou ao se plantarem árvores em um hectare de terra – será armazenado na floresta durante o tempo que o clima for afetado pelo carvão extra que a empresa queimar. O esforço e a papelada necessários para tentar mostrar que os créditos de REDD e créditos de painéis solares representam o mesmo “serviço ecossistêmico” são enormes (e, ainda assim, nunca é verificável!). Um vendedor que queira vender um certificado de compensação de REDD precisa provar que (a) esse crédito cumpre as regras que o tornam equivalente a outros créditos de carbono que também são negociados no mesmo mercado de dióxido de carbono de “serviço ecossistêmico”, (b) que a qualidade e a quantidade de seus créditos de REDD são comparáveis com os outros em oferta e (c) que a qualidade e a existência de cada um podem ser monitoradas durante longos períodos de tempo. Essa papelada tem custos altos e exige consultores técnicos. Como resultado, os “custos de transação” do projeto de PSA para REDD aumentam e são adicionados aos custos do projeto. Assim, depois que foram pagos esses custos de transação para medir e verificar o “serviço ambiental”, sobra pouco ou nenhum lucro ou financiamento para atividades que beneficiem a comunidade. No entanto, a papelada extra não resolve a impossibilidade de saber “o que teria acontecido com a floresta sem o pagamento” e, assim, o aumento do custo realmente não torna mais digna de crédito a afirmação de que as emissões extras foram reduzidas pelo projeto de compensação. Em outras palavras, o custo extra reduz o dinheiro realmente disponível para a ação que poderia reduzir as emissões ou interromper o desmatamento, porque é necessário mais dinheiro para que os consultores produzam e verifiquem mais papelada.

## ***Os projetos de compensação e a afirmação de que se sabe o que teria acontecido***

Os créditos de compensação – sejam por emissões de dióxido de carbono, por destruição da biodiversidade ou para restaurar floresta cortada ilegalmente – permitem ao detentor do certificado de compensação afirmar que o efeito de sua poluição ou destruição da natureza foi anulado. Para justificar essa afirmação, não basta reduzir emissões ou preservar alguma floresta. A redução ou a proteção tem que ser ***adicional*** em relação a qualquer redução ou proteção da floresta que já tivesse sido planejada independentemente da compensação. Se não tiver reduções extras ou se a floresta preservada não estiver sob ameaça de ser cortada, o detentor do certificado de compensação não tem base para afirmar que o seu impacto negativo sobre o meio ambiente foi compensado. Em outras palavras, se o vendedor do crédito de compensação de carbono estava planejando reduzir as emissões independentemente dele ou se não havia ameaça de a floresta ser cortada, não houve emissões extras evitadas que poderiam ser usadas para justificar a alegação de outra pessoa de que o efeito das emissões pelas quais é responsável foi anulado. *O cálculo de quantos créditos um projeto de compensação pode vender depende, portanto, de se saber o que teria acontecido.*

A verdade inconveniente, contudo, é que *o que teria acontecido* é sempre uma questão de especulação – porque acabou não acontecendo. No entanto, todos os projetos de compensação devem descrever exatamente quantas toneladas de CO<sub>2</sub> *teriam sido liberadas* em um futuro hipotético sem o projeto de compensação de carbono, ou quantos hectares de floresta *teriam sido perdidos* se o projeto de REDD não existisse (nesse caso, eles também precisam, de alguma forma, converter hectares de floresta não cortada em toneladas de CO<sub>2</sub> economizadas – o que envolve ainda mais conjecturas). E as agências que aprovam o crédito de compensação precisam verificar, antes de o crédito poder ser negociado, se a história que os documentos do projeto de compensação dizem que teria acontecido está correta – elas têm que verificar *a história que não aconteceu*. Portanto, fica claro que o cálculo de quantas emissões um projeto de compensação realmente reduz sempre pode ser apenas uma conjectura, não importando a precisão das medições das emissões. Até agora, as medições tampouco são muito precisas, principalmente no caso de emissões de CO<sub>2</sub> florestal. Mas, mesmo que fossem, isso não tornaria o cálculo da compensação mais verificável: o cálculo ainda seria feito com base em uma *história não verificável de quantas toneladas de CO<sub>2e</sub> teriam sido liberadas* se o projeto de compensação não tivesse sido implementado.

É por isso que os créditos de compensação foram chamados de “uma *commodity* imaginária, baseada em subtrair aquilo que você espera que aconteça daquilo que você afirma que teria acontecido”.<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Dan Welch in “The inconvenient truth about the carbon offset industry. *The Guardian*, junho de 2007. <http://www.theguardian.com/environment/2007/jun/16/climatechange.climatechange>

## Descubra as diferenças

A diferença mais fundamental entre os esquemas de compensação por PSA descritos nos itens III e VI e os descritos em I e II é que, nos primeiros, o pagamento compra uma permissão para poluir ou destruir a natureza acima do limite legal. Esta é uma mudança fundamental que altera totalmente a natureza e as características do mecanismo de pagamento. Essas mudanças, por sua vez, têm amplas consequências para as comunidades que participam ou são afetadas pelos esquemas de compensação por PSA. Em vez dos prometidos acordos em que todos têm a ganhar, esses esquemas de compensação por PSA normalmente se transformam em acordos de “grandes perdas” para alguns, se não para todos os membros da comunidade onde as unidades de compensação estão sendo produzidas. Eles sempre aumentam o dano ecológico e social para a comunidade que vive dentro ou próximo do local onde a empresa usa o crédito de compensação para poluir mais ou destruir mais natureza. Ao mesmo tempo, a comunidade afetada neste extremo da transação nada recebe dos pagamentos da compensação, mesmo que esteja sofrendo com níveis excessivos de poluição ou destruição ambiental. O aumento na injustiça ambiental em lugares de alta poluição é, portanto, uma consequência inerente aos esquemas de compensação. Também é mais provável que haja mais danos às comunidades que aceitam o pagamento de compensação, como resultado das características desse tipo de pagamento – e não como resultado da má gestão de projetos (ver exemplos abaixo).

Esquemas de PSA que envolvem o comércio de “serviços ambientais” sempre exigem controle territorial para que o “dono” das unidades de “serviços” e seus intermediários adquiram o direito de monitorar a qualidade e a existência da mercadoria pela qual pagaram e, assim, garantir que os “serviços ambientais” sejam sempre prestados em plena conformidade com os termos do contrato. Isso ameaça prejudicar as lutas por reconhecimento e garantia dos direitos coletivos à terra das comunidades que vivem nas florestas e delas dependem. Como um contrato de “serviço ambiental” sempre sugere que há um “proprietário” da área incluída nele, e que esse “proprietário” tem controle sobre a forma como a área está sendo usada, muitas comunidades cujos direitos ao território não são reconhecidos ou estão em disputa vão sofrer ainda mais pressão para deixar suas terras, ou serão expulsas. Isso já é realidade em muitos projetos de REDD ou de compensação por PSA através do plantio de florestas ou árvores. E mesmo se essas comunidades conseguirem permanecer e se beneficiar de alguma forma, o comprador do crédito de “serviço ambiental” terá direito a entrar na área para fazer inspeções e monitoramento com vistas a verificar se o “serviço” em questão está sendo preservado e mantido. Essa também é uma forma de controle que viola os direitos dessas comunidades a seus territórios.

Outra mudança fundamental nesse tipo de compensação por PSA é que ele representa uma mudança paradigmática na forma como a lei trata a poluição ou a destruição da natureza acima do limite legal. Leis em que tratavam essa poluição ou destruição da natureza acima do permitido como delitos passíveis de multa estão sendo transformadas em uma legislação que permite poluir ou destruir acima desse limite, mediante pagamento de uma taxa. Quem pode pagar consegue comprar o direito de poluir acima do limite legal ou o direito de destruir a natureza que a lei diz proteger: julgamentos sobre o que é certo ou errado são transformados em preços. Em alguns casos, delitos anteriores também são legitimados, como o dos “cotas ou créditos de reserva ambiental” nos termos do Código Florestal Brasileiro (ver abaixo). Onde as compensações são negociadas em mercados voluntários, não há mudança na lei, mas indivíduos ou empresas

conseguem justificar a poluição ou a destruição em níveis considerados uma “ofensa moral” ou continuar o “consumo luxuoso” com a “consciência mais limpa”.

Como mostram os quadros “O que está sendo negociado nos mercados de ‘Serviços ecossistêmicos’” e “Os projetos de compensação e a afirmação de saber o que teria acontecido”, mais medição não aumenta a comparabilidade dos produtos que estão sendo negociados se o que precisa ser medido não pode sê-lo e o que pode, não é relevante. É esse, exatamente, o problema das medições das compensações. Melhores metodologias de medição e dados mais precisos não tornam as chamadas commodities de compensação de “serviços ecossistêmicos” mais comparáveis do que eram com menos de medição – nenhuma medição da altura e mapeamento de espécies de árvores irá resolver o fato de que os créditos de compensação são uma commodity imaginária baseada em subtrair aquilo que se espera que aconteça daquilo que se alega que teria acontecido.<sup>14</sup> No entanto, os governos de Noruega, Alemanha e Reino Unido, o Banco Mundial e as ONGs conservacionistas TNC, CI e WWF e outras continuam gastando milhões de euros para continuar medindo as coisas erradas, apenas de forma melhor e com técnicas de medição melhores e mais caras. E, como a maioria dessas atividades é financiada através de subvenções públicas, isso também significa menos recursos disponíveis para as ações que realmente têm mostrado reduzir a destruição da natureza. Significa menos recursos para, por exemplo, a demarcação de terras indígenas, o reconhecimento dos direitos consuetudinários dos povos da floresta ou o apoio às comunidades para fortalecer suas economias de subsistência através do acesso dos produtos florestais regionais aos mercados locais.

Os esquemas de compensação por PSA também exigem contratos muito diferentes dos usados em esquemas de PSA que não envolvem compensação. Apenas no caso de esquemas de “compensação” por PSA é que os contratos têm de incluir obrigações legais que duram para além do período no qual os pagamentos são recebidos. Em outras palavras, uma comunidade que assine um contrato de compensação por PSA pode ter a obrigação de manter a mesma qualidade do “serviço ecossistêmico” do momento da venda, por muito tempo após os pagamentos terem sido interrompidos (ver, na seção abaixo, a pesquisa sobre contratos de compensação por REDD feita por CENSAT/Amigos da Terra-Colômbia e os links para documentação sobre os impactos de projetos de compensação por REDD sobre comunidades, ao final do texto). No caso em que o pagamento da compensação é feito, de modo que a empresa pode demonstrar que anulou a poluição ou a destruição da natureza que suas operações causaram, o “serviço ecossistêmico” usado para afirmar que o dano foi compensado teria que continuar a existir com, pelo menos, a mesma qualidade até que o “serviço ecossistêmico” danificado pela poluição ou a destruição da empresa se recuperasse. Caso contrário, a natureza – e o clima, no caso das compensações por REDD – sai perdendo. Se forem usadas compensações de carbono florestal ou REDD em mercados de negociação de carbono obrigatórios, como o Protocolo de Quioto, o ETS da UE ou o mercado de carbono da Califórnia, o vendedor original da compensação (comunidade, proprietário de terra ou ONG conservacionista) teria de garantir que as unidades de armazenamento de carbono do “serviço ecossistêmico” permaneçam armazenadas na floresta pelo mesmo período de tempo em que o carbono fóssil liberado pela empresa proprietária da compensação por REDD irá

---

<sup>14</sup> Dan Welch em “The inconvenient truth about the carbon offset industry. *The Guardian*, junho de 2007. <http://www.theguardian.com/environment/2007/jun/16/climatechange.climatechange>

interferir no clima – pelo menos por séculos, em outras palavras. Nenhum contrato de compensação dura tanto tempo e, como resultado, a natureza e o clima perdem necessariamente, seja qual for a qualidade do projeto de “compensação”.

### **Por que essas diferenças são importantes**

As descrições acima mostram diferenças importantes entre esquemas que são conhecidos como PSA. Em primeiro lugar, as consequências e os riscos para as comunidades são muito diferentes. Em segundo, os benefícios para quem paga são diferentes. No caso das comunidades de Kuhan e Ooch (ver box acima), uma negociação entre duas partes com poder de negociação comparável leva a um acordo em que uma comunidade paga uma certa quantia para a outra modificar uma determinada prática de uso da terra por um período de tempo definido. Elas também trabalham em conjunto para restaurar as margens do rio que eram importantes para o controle da erosão, e, portanto, melhoram o fluxo de água no rio do qual ambas dependem. O pagamento não foi baseado em uma unidade isolada de um “serviço ecossistêmico” específico, que precise ser medido e ter sua existência e sua qualidade monitoradas continuamente. Em vez disso, houve um acordo mútuo que visa a recuperação do vazão do rio através da solução de um problema ambiental que afetava uma das duas aldeias. Nos casos de Nova York e Vancouver, foi uma oferta de pagamento a alguém fora da jurisdição da câmara municipal, cujo uso do solo afetou a qualidade e a quantidade de água de que a cidade dependia – e onde o pagamento para preservar a bacia hidrográfica foi uma opção mais barata do que construir uma estação de tratamento de água. É provável que esses tipos de acordo mútuo em nível local não sejam novidade na história dos assentamentos humanos e o uso que fazem da natureza.

No outro extremo do espectro, a capacidade que a natureza tem de armazenar carbono e sequestrar dióxido de carbono, de filtrar a água ou proporcionar um lar a uma complexa teia de vida foi abstraída em unidades isoladas de “serviços ecossistêmicos”. A seguir, certificados representando a proteção dessas unidades podem ser comparados e intercambiados, misturados e combinados, comprados e vendidos. O principal uso desses certificados, ou créditos de compensação, é a permissão para destruir uma unidade do mesmo “serviço” em outro lugar ou para que o impacto ambiental da unidade do mesmo “serviço” que foi destruído em outro lugar possa ser considerado anulado. Para que isso seja possível, as unidades de “serviços ecossistêmicos” de diferentes lugares têm de ser comparáveis; advogados, negociadores e agências governamentais têm que reconhecer unidades do mesmo “serviço”, mas de diferentes lugares, como equivalentes. Alguns esquemas de compensação por PSA vão ainda mais longe. Eles apresentam cálculos segundo os quais as unidades que se enquadram na mesma definição de “serviços ecossistêmicos”, mas são de qualidade diferente – ou seja, não são realmente equivalentes – podem ser negociadas como se fossem da mesma qualidade. Por exemplo, nos mercados de carbono como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, a unidade negociada é uma tonelada de dióxido de carbono *equivalente* – CO<sub>2</sub>e. A palavra “equivalente” significa que a unidade pode vir não apenas da redução das emissões de dióxido de carbono – CO<sub>2</sub>, mas também da redução das emissões de outros gases de efeito estufa – metano, por exemplo. Mas, como o metano tem um efeito sobre o clima diferente do causado pelo CO<sub>2</sub> (outras diferenças não diretamente relacionadas ao efeito estufa nem são consideradas), os cientistas decidiram comparar o efeito dos diferentes gases de efeito estufa sobre o clima durante um período de 100 anos (se tivessem escolhido outro período de tempo, os números teriam sido outros). Para esta comparação, desenvolveram uma fórmula que a ONU adotou e que significa que, para os mercados de carbono, a redução de 1 unidade de

metano é igual à redução de 25 unidades de CO<sub>2</sub>. Uma vez que estes cálculos tenham sido aprovados, as unidades de metano poderiam ser negociadas por unidades de CO<sub>2</sub>. Alguns programas de compensação de biodiversidade sugerem que, por exemplo, 1 hectare de “habitat de morcegos de alta qualidade” pode ser negociado como equivalente a um certo número de unidades de 1 hectare de “habitat de morcego de qualidade média”. Uma vez que os cálculos tenham sido aprovados com relação à biodiversidade, o habitat de “alta qualidade” pode ser destruído se alguém prometer proteger uma área maior de habitat de “qualidade média” do mesmo tipo em outro lugar (veja o exemplo abaixo com o argumento apresentado pelo ex-Ministro do Meio Ambiente do Reino Unido, que afirma que o plantio de um milhão de árvores jovens em algum lugar pode “compensar” a destruição de uma floresta de 400 anos de idade).

Até mesmo nas formas mais avançadas desses esquemas de compensação por PSA, o certificado de “serviços ecossistêmicos” se torna mais integrado aos mercados financeiros. O “serviço ecossistêmico” pode ser usado como um ativo financeiro, e os especuladores podem apostar em seu valor futuro. Eles também podem oferecer opções para comprar um determinado número de certificados que representem unidades do “serviço” por um determinado preço, em uma determinada data no futuro, vender esta opção de compra a outra pessoa por um preço superior ao que pagaram e lucrar com essa especulação. Eles podem comprar ou vender grandes quantidades de certificados a um preço baixo e apostar na subida ou na queda do preço através da “escassez” ou da “inundação” que criaram e, em seguida, vender as unidades com lucro em uma fase posterior. Mesmo se as comunidades não estiverem vendendo diretamente os certificados nesses mercados financeiros, o preço que elas poderão negociar com empresas ou ONGs que vendem, por elas, os certificados de compensação nesses mercados financeiros será influenciado pelos preços do “serviço ecossistêmico” específico no “mercado mundial”. Não há razão para se acreditar que este mercado mundial seria mais benéfico para as comunidades do que foram os mercados mundiais de borracha, madeira, café, cacau, algodão, etc. Comentando sobre o mercado de carbono, Jack Cogen, da Natsource LLC, uma empresa de serviços financeiros e negociação que, em 2007, foi uma das maiores compradoras mundiais de créditos de carbono, os quais ela revendia para outras empresas, confirmou isso ao dizer: *“O mercado de carbono não se preocupa com o desenvolvimento sustentável. Só se preocupa com o preço do carbono”*.<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> Jack Cogen, da Natsource LLC, em um evento paralelo organizado pela International Emissions Trading Association e pelo Banco Mundial durante a cúpula do clima COP-11, em Montreal, em 5 de dezembro de 2005.

# Atores fundamentais que promovem a compensação por meio de PSA

---

## Instituições Multilaterais

Não pela primeira vez, o *Banco Mundial* está entre os que capitaneiam uma tendência que representa uma grande ameaça às vidas e aos meios de subsistência das comunidades dependentes da floresta. A instituição é uma das mais fortes promotoras do comércio de “serviços ecossistêmicos, fornecendo dinheiro para projetos e esquemas que promovam essa nova forma de especulação financeira com a natureza. Uma razão provável para que o Banco Mundial favoreça essas iniciativas de compensação por PSA é que elas ajudam a fazer lavagem verde na destruição da natureza causada por projetos de mineração, infraestrutura, exploração madeireira ou hidrelétricas que são financiados pela instituição. Em um projeto na República Democrática do Congo, por exemplo, um empréstimo do Banco Mundial está apoiando o país para que se torne fornecedor de armazenamento de carbono negociável como “serviço ecossistêmico”. Isso incluiria o fornecimento de créditos de carbono florestal no âmbito do mecanismo de REDD ou através de compensações de biodiversidade – cuja demanda viria, em parte, da indústria extrativa e de operações de plantações, que o Banco Mundial também está promovendo na RDC.<sup>16</sup>

Além de financiar programas específicos, em 2010, o Banco Mundial lançou uma iniciativa chamada “Contabilidade da Riqueza e de Valoração dos Serviços dos Ecossistemas” (*Wealth Accounting and the Valuation of Ecosystem Services* – or WAVES)<sup>17</sup>, “um programa global de 5 anos para implementar a contabilidade natural em uma grande quantidade de países críticos”. O Banco explica que isso é importante porque “o capital natural é um recurso fundamental, principalmente para os países menos desenvolvidos”<sup>18</sup>. O programa WAVES está financiando esse tipo de “contabilidade da natureza” em Botsuana, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Indonésia, Madagascar, Filipinas e Ruanda. Entre os países ou organizações que contribuem financeiramente para o programa estão Dinamarca, a Comissão Europeia, França, Alemanha, Japão, Holanda, Noruega, Suíça e Reino Unido. ONGs conservacionistas também estão envolvidas. Em Madagascar, por exemplo, a Conservação Internacional (CI) está realizando um estudo-piloto<sup>19</sup> para o WAVES.

Além disso, a Corporação Financeira Internacional do Banco Mundial, a IFC, detém uma participação de 5% no projeto de mineração de ferro Simandou, na Guiné, que deve se tornar a maior iniciativa desse tipo na história da África. O projeto passou nas diretrizes da IFC, apesar da destruição do habitat dos chimpanzés em risco de extinção, porque a construção envolverá “compensações”, com promessas de proteção do habitat em outro lugar.<sup>20</sup>

---

<sup>16</sup> Sian Sullivan, da Third World Network. <http://documents.worldbank.org/curated/en/2011/06/14597637/congo-republic-forestry-economic-diversification-project>

<sup>17</sup> <http://www.wavespartnership.org>

<sup>18</sup> [www.unep.org/greeneconomy/Portals/88/documents/INDICATORS%20PPT/d3s1%20Marianne%20Fay%20Wealth%20Accounting%20and%20Valuation%20of%20Ecosystem%20Services%20\(WAVES\)%20A%20Global%20Partnership.pdf](http://www.unep.org/greeneconomy/Portals/88/documents/INDICATORS%20PPT/d3s1%20Marianne%20Fay%20Wealth%20Accounting%20and%20Valuation%20of%20Ecosystem%20Services%20(WAVES)%20A%20Global%20Partnership.pdf)

<sup>19</sup> <http://blog.conservation.org/2012/01/making-waves-in-madagascar-putting-nature-into-the-equation/#sthash.tjGzyVOL.dpuf>

<sup>20</sup> [http://www.brettonwoodsproject.org/wp-content/uploads/2013/12/Simandou-Questions-and-Considerations\\_finaldoc.pdf](http://www.brettonwoodsproject.org/wp-content/uploads/2013/12/Simandou-Questions-and-Considerations_finaldoc.pdf)

O **Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (World Business Council for Sustainable Development, WBCSD)**, um importante grupo de lobby que representa grandes interesses empresariais na ONU, incluindo Syngenta, Rio Tinto e Holcim, tem sido um defensor particularmente entusiástico do PSA. Vinte e nove empresas associadas ao WBCSD desenvolveram “*uma visão de um mundo no rumo da sustentabilidade até 2050*”.<sup>21</sup> A introdução do documento Vision 2050 fala sobre as mudanças que as empresas precisam fazer para entrar “no caminho da sustentabilidade” e afirma: “*verificou-se que essas mudanças são necessárias, viáveis e oferecem enormes oportunidades de negócios para as empresas que transformam a sustentabilidade em estratégia*”. O “Guia para a Avaliação Corporativa dos Ecossistemas” do WBCSD sugere metodologias que ajudarão as empresas a ganhar dinheiro com “*as oportunidades específicas que eles [os serviços ecossistêmicos] apresentam em termos de negócios*”.<sup>22</sup>

## **Empresas multinacionais**

Segundo sua própria descrição, a empresa “Business for Social Responsibility” (BSR) trabalha com uma “*rede de mais de 250 das empresas mais influentes do mundo*”<sup>23</sup>. Em março de 2013, a BSR publicou um relatório chamado *Visão do setor privado sobre os conceitos e os marcos dos serviços ecossistêmicos (Private Sector Uptake of Ecosystem Services Concepts and Frameworks)*.<sup>24</sup> O relatório não só lista as atividades de 35 empresas envolvidas em iniciativas de compensação por PSA, como também mostra o quanto essas corporações estão trabalhando próximo a ONGs conservacionistas: a IUCN é listada como parceira em iniciativas de PSA para AkzoNobel, Eni, Holcim, Rio Tinto e Shell; a The Nature Conservancy é apontada como parceira de Dow Chemical, Shell e Walt Disney Company; a BHP Billiton menciona a Conservation International como parceira em seus programas de compensação por PSA. Outras ONGs conservacionistas mencionadas são WWF, Flora Fauna and International (Anglo American, British American Tobacco) e World Resources Institute (WRI).

Outro exemplo de empresas transnacionais que usam compensação por meio de PSA é a Olam, a empresa de alimentos que tem gerado conflitos com as comunidades por causa da expansão das plantações de dendzeiros no Gabão (ver Boletim 180 do WRM<sup>25</sup>). No Vietnã, a empresa tem um projeto registrado de MDL e, na República do Congo, está envolvida em “*uma nova Parceria Público-Privada com o Governo da República do Congo, que visa criar um marco comercial viável para gerar créditos de carbono de florestas em pé*”.

<sup>26</sup>

A Rio Tinto afirma no relatório sobre seu projeto de PSA na Mongólia (ver quadro), que “*o potencial para conflitos por uso da terra*” está se tornando uma “*questão cada vez*

---

<sup>21</sup> <http://www.wbcsd.org/pages/edocument/edocumentdetails.aspx?id=219&nosearchcontextkey=true>

<sup>22</sup> WBCSD Guide to Corporate Ecosystem Valuation. página 11, versão em inglês.

<http://www.wbcsd.org/pages/edocument/edocumentdetails.aspx?id=104&nosearchcontextkey=true>

<sup>23</sup> <http://www.bsr.org/en/about/bsr>

<sup>24</sup> [http://www.bsr.org/reports/BSR\\_Private\\_Sector\\_Uptake\\_Ecosystem\\_Services.pdf](http://www.bsr.org/reports/BSR_Private_Sector_Uptake_Ecosystem_Services.pdf)

<sup>25</sup> <http://wrm.org.uy/articles-from-the-wrm-bulletin/section3/gabon-resisting-olam-land-grabbing-for-oil-palm-plantations/>

<sup>26</sup> [http://olam.wpengine.netdna-cdn.com/wp-content/uploads/2012/10/CRS-2012-Report\\_Olam.pdf](http://olam.wpengine.netdna-cdn.com/wp-content/uploads/2012/10/CRS-2012-Report_Olam.pdf)

mais importante para a Rio Tinto” e outras corporações, mesmo na fase de licenciamento. Como resultado disso, usam esquemas de biodiversidade e outros programas de compensação por PSA para ajudar a empresa a “atingir o objetivo de um impacto positivo líquido, enquanto respeita os requisitos legais e maximizando os ganhos de conservação”.

Um relatório da Colômbia destaca que, além da terra tomada para mineração e infraestrutura, esses esquemas de compensação também ocupam grandes áreas de terra. A organização colombiana Fundepublico escreve que as empresas “não conseguem encontrar a terra para estabelecer as compensações” e, “nos casos em que as compensações foram estabelecidas, os órgãos ambientais não sabem qual é a localização exata dos locais de compensação”. Além disso, “o quebra-cabeça para combinar demanda compensada com oferta de compensação ainda tem de ser resolvido, e ele é complicado. Com mais de 8 milhões de hectares sob títulos de mineração, mais de 130 empresas de petróleo e gás operando no país sobre, pelo menos, 1,5 milhão de hectares, incluindo Shell, Oxy, Chevron, ExxonMobil e Petrobrás, e milhares de quilômetros de rodovias planejadas que afetarão pontos fundamentais de biodiversidade, uma das questões centrais é de onde virão as centenas de milhares de hectares necessários em compensações”.<sup>27</sup>

## Mineradoras criando projetos piloto com esquemas de compensação por PSA

### A Rio Tinto em Oyu Tolgiu, Mongólia<sup>28</sup>

A Rio Tinto é listada como uma das “testadoras”<sup>29</sup> do Guia de Avaliação Corporativa de Ecossistemas do WBCSD. A seguir, trechos de seu relatório de estudo de caso sobre o uso de compensações de biodiversidade em sua mina de Oyu Tolgiu, na Mongólia.<sup>30</sup>

*“A Rio Tinto precisa **demonstrar ao governo e a outros** que tem um processo que permite a busca do desenvolvimento econômico por meio de extração de recursos, ao mesmo tempo em que se conserva e até se promove o valor de conservação nas regiões em que ela recebeu licença para operar”.*

*“O foco crescente na exploração dos países em desenvolvimento faz com que o **potencial de conflito pelo uso da terra** se tornasse uma questão cada vez mais importante para a Rio Tinto. [...]. A Estratégia de Biodiversidade foi adotada em 2004 para **gerenciar as ameaças e oportunidades apresentadas por questões de biodiversidade e de serviços ecossistêmicos**. Stakeholders ligados à biodiversidade, como Flora and Fauna International, Birdlife International, IUCN, The Biodiversidade Consultoria e Hardner & Gullison – contribuíram para ajudar as operações da Rio Tinto a identificar, **planejar e gerenciar programas de biodiversidade com base nas necessidades daquele negócio**... . [...]. As compensações de biodiversidade vão ajudar a Rio Tinto a atingir a meta de impacto líquido positivo, respeitando os requisitos legais e maximizando os ganhos de conservação”.*

<sup>27</sup> [www.ecosystemmarketplace.com/pages/dynamic/article.page.php?page\\_id=9856&section=news\\_articles&eod=1](http://www.ecosystemmarketplace.com/pages/dynamic/article.page.php?page_id=9856&section=news_articles&eod=1)

<sup>28</sup> Ver os comentários de ONGs sobre o projeto de mineração: <http://en.minewatch.mn/wp-content/uploads/2012/11/CSO-submission-to-EFIC.pdf>

<sup>29</sup> <http://www.wbcd.org/work-program/ecosystems/cev/roadtesters.aspx>, incluindo links a atividades de PSA e valoração da Natureza envolvendo Syngenta, Lafarge, Holcim, Weyerhaeuser, Eni, Eskom, entre outras.

<sup>30</sup> WBCSD (2012): Biodiversity and ecosystem services scaling up business solutions. Company case studies that help achieve global biodiversity targets. <http://www.wbcd.org/Pages/EDocument/EDocumentDetails.aspx?ID=14923&NoSearchContextKey=true>

*“Oyu Tolgoi-Mongólia: Este projeto em desenvolvimento é necessário para atender a necessidades específicas de compensação de biodiversidade e de perda líquida zero segundo o padrão de Desempenho 6 sobre biodiversidade da Corporação Financeira Internacional”.*

### **A Arcelor Mittal na Libéria**

Assim como a Rio Tinto, a Arcelor Mittal também apresentou um estudo de caso na iniciativa de compensação de biodiversidade do WBCSD. O seguinte trecho do estudo de caso sobre o projeto piloto de compensação de biodiversidade da Arcelor Mittal mostra o que motivou a empresa a participar.<sup>31</sup>

*“A ArcelorMittal montou uma grande equipe de especialistas e parceiros na Libéria [...] incluindo Liberian Forestry Development Authority, Conservation International, Fauna and Flora International, Afrique Nature, Sylvatrop, Wild Chimpanzee Foundation, and Action pour la Conservation de la Biodiversité en Côte d’Ivoire, para estudar o estado atual da biodiversidade na região. [...]. O grupo também ajudou a ArcelorMittal a formular seu programa de compensação em relação à terra perdida para a mineração. ... a empresa se compromete com um orçamento anual de pelo menos meio milhão de dólares, durante a sua fase inicial de mineração, de quatro anos, a ser dedicado exclusivamente ao programa de conservação da biodiversidade. ... desenvolver atividades que permitam que as comunidades que usam as florestas obtenham benefícios da conservação, e não do uso tradicional das florestas, por vezes, mais destrutivo. Está sendo dado apoio à conscientização sobre valores florestais entre as comunidades. ... Estas ações dirigidas à conservação da biodiversidade estão ajudando a empresa a demonstrar às autoridades governamentais que o futuro da Libéria e do seu desenvolvimento está entre as suas principais prioridades. O apoio da ArcelorMittal ao programa de conservação da biodiversidade também é uma parte fundamental do processo de compensação para as comunidades locais, que dependem dos ecossistemas existentes para uma série de serviços que eles oferecem. A ArcelorMittal tem planos de mineração de longo prazo para a área. ...”*

### **East Asia Minerals em Aceh, Indonésia<sup>32</sup>**

Em maio de 2011, a empresa de mineração canadense East Asia Minerals anunciou que estava comprando 50% da Carbon Conservation, uma empresa australiana que desenvolveu – com o apoio da Flora and Fauna International – o polêmico projeto de compensação por REDD Ulu Masen, em Aceh, na Indonésia. Na época, a East Asia Minerals deixou claras as suas motivações:

*“Por meio da aquisição de uma participação acionária de 50% na [Carbon Conservation], a Companhia desenvolverá um projeto de mineração “verde” que irá usar compensação de carbono e biodiversidade, e as mais recentes práticas de mineração que não prejudicam o meio ambiente. [...] a Companhia irá participar do desenvolvimento de uma marca “verde” para seu projeto Miwah, o que pode lhe permitir obter um pagamento maior por seu produto no mercado, bem como facilitar um processo mais suave de aprovação e apoio para licenças de mineração.”<sup>33</sup>*

<sup>31</sup> WBCSD (2012): Biodiversity and ecosystem services scaling up business solutions. Company case studies that help achieve global biodiversity targets. <http://www.wbcsd.org/Pages/EDocument/EDocumentDetails.aspx?ID=14923&NoSearchContextKey=true>

<sup>32</sup> <http://www.redd-monitor.org/2011/05/05/mining-company-to-buy-50-of-carbon-conservation-will-redd-help-greenwash-mining/>

<sup>33</sup> [http://www.eaminerals.com/s/NewsReleases.asp?ReportID=454841&\\_Type=News-Releases&\\_Title=East-Asia-Minerals-Announces-Acquisition-of-50-of-Carbon-Conservation-Pty](http://www.eaminerals.com/s/NewsReleases.asp?ReportID=454841&_Type=News-Releases&_Title=East-Asia-Minerals-Announces-Acquisition-of-50-of-Carbon-Conservation-Pty)

A ONG Greenomics Indonesia questionou, na época, se a Carbon Conservation não teria um conflito de interesses com o envolvimento da East Asia Minerals. Em um comunicado à imprensa, a Greenomics Indonesia afirma que: *“Por um lado, a East Asia Minerals Corporation tem interesse comercial na mineração de ouro nas florestas de Aceh, o projeto Miwah; por outro lado, a Carbon Conservation recebeu do governador de Aceh direitos exclusivos para vender e comercializar créditos de carbono relacionados a mais de 700.000 hectares de floresta em Aceh, localizados no bloco de floresta de Ulu Masen. Por que as florestas de Aceh estão sendo usadas como ativo pela Carbon Conservation para obter fundos de uma transação de ações com a East Asia Minerals Corporation? Trata-se claramente de um conflito de interesses. A Carbon Conservation fez mau uso do acordo que celebrou com o Governo de Aceh. Esta transação de ações deve ser simplesmente rejeitada”*.<sup>34</sup>

Assim como as empresas de mineração e de bens imóveis têm um interesse particular em compensações de biodiversidade, companhias aéreas, fabricantes de automóveis e empresas de entretenimento estão entre as compradoras mais frequentes de certificados de “compensação” de carbono. ONGs conservacionistas, como a Conservação Internacional (CI), têm um papel importante como corretoras, gestoras de projeto ou intermediárias de contratos para essas negociações de PSA.

No Peru, por exemplo, a maior companhia aérea da América Latina, a Latam, comprou 7.000 créditos para compensação de carbono de um projeto de plantação de árvores operado por uma empresa chamada Bosques Amazonicos, na província oriental peruana de Ucayali. No caso da Latam, a empresa disse que usaria os créditos para “compensar” o impacto do rápido aumento no número de vôos até 2020. A empresa de entretenimento Walt Disney comprou 437.000 créditos de compensação de carbono da Iniciativa Mayo Alto, um projeto localizado no norte da província de San Martín, que é financiado pelo governo peruano e pela Conservação Internacional (CI)<sup>35</sup>. A Walt Disney também comprou créditos de carbono de um projeto de PSA por REDD na RDC, envolvendo também a CI (o relatório do WRM *Democratic Republic of Congo. Conservation International REDD pilot project: a different kind of Disney production* documenta os impactos do projeto sobre comunidades locais).<sup>36</sup>

---

<sup>34</sup> [http://www.redd-monitor.org/wordpress/wp-content/uploads/2011/05/11-05-04\\_Greenomics.pdf](http://www.redd-monitor.org/wordpress/wp-content/uploads/2011/05/11-05-04_Greenomics.pdf)

<sup>35</sup> <https://vcsprojectdatabase2.apx.com/myModule/Interactive.asp?Tab=Projects&a=2&i=658&lat=-8.581917&lon=-74.7412663998&bp=1>

<http://www.cotizalia.com/ultima-hora/2013/01/airlines-preve-neutralizar-completo-emisiones-20130130-543863.html>

<http://elcomercio.pe/economia/1549873/noticia-disney-adquirio-us35-millones-bonos-carbono-selva-peruana?ft=grid>

<sup>36</sup> <http://wrm.org.uy/books-and-briefings/democratic-republic-of-congo-conservation-international-redd-pilot-project-a-different-kind-of-disney-production/>

## Em busca de novos ativos - o interesse do setor financeiro e de investimentos no PSA

Em 2010, David Bianco, *senior banker* do Bank of America, comentou que “o dinheiro está se acumulando mais rápido do que as empresas conseguem descobrir o que fazer com ele.”<sup>37</sup> Como a produção industrial está superando a capacidade dos mercados mundiais de comprar e consumir seus produtos, uma crise de “superacumulação” de capital é iminente. O capital precisa de novos ativos nos quais investir. Com o tempo, os setores financeiro e de investimento têm superado os setores de produção industrial em importância para a acumulação de capital e a economia global. O interesse do capital financeiro na natureza está ligado a este problema de superacumulação do capital(ismo) e à pressão para identificar ativos novos – se necessário, fictícios. Transformar a natureza em “serviços ecossistêmicos” é a forma como os economistas estão esperando criar um novo tipo de ativos.

O economista Willem Buiter, do Citigroup, um grupo de serviços financeiros transnacionais com sede nos Estados Unidos, afirma claramente: “Minha expectativa é ver um mercado globalmente integrado para água doce dentro de 25 a 30 anos. Uma vez que os mercados à vista para a água forem integrados, virão os mercados futuros e outros instrumentos financeiros derivados, com base na água [...]. Haverá diferentes graus e tipos de água doce, da mesma forma com que, hoje em dia, temos petróleo bruto doce leve e petróleo ácido pesado. A água, a meu ver, vai acabar se tornando a única e mais importante classe de ativos baseada em commodities físicas, superando petróleo, cobre, commodities agrícolas e metais preciosos”.<sup>38</sup>

## ONGs Conservacionistas

Como parte da iniciativa WAVES do Banco Mundial, a CI está atualmente realizando um estudo-piloto em Madagascar para quantificar “serviços ecossistêmicos”. “É aí que entra uma nova ferramenta de política de conservação chamada de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), incentivando as comunidades locais a acabar com as práticas prejudiciais ao meio ambiente em troca de benefícios monetários ou em espécie”<sup>39</sup>, escreve a CI em seu blog. Enquanto incentiva as comunidades locais a acabar com as práticas nocivas ao meio ambiente, a organização auxilia empresas mineradoras como a BHP Billiton a fazer lavagem verde em suas próprias práticas nocivas, as quais prejudicam os meios de subsistência das comunidades locais que a ONG conservacionista considera ser baseados nesse mesmo tipo de prática. No futuro, esses meios de subsistência locais serão ameaçados não apenas por operações de mineração, mas também por projetos de compensação de biodiversidade que fechem o acesso da comunidade ou que restrinjam o uso do território restante ainda não devastado pela mineração.

Juntamente com a CI, grupos como The Nature Conservancy (TNC), Fundo Mundial para a Natureza, (WWF) e Wildlife Conservation Society (WCS) estão envolvidos em muitos projetos de compensação de carbono florestal e biodiversidade, e em iniciativas nas quais promovem a compensação como uma forma de PSA lucrativa e boa para os negócios. Organizações como o Environmental Defense Fund, embora não estejam envolvidas diretamente na gestão de projetos de compensação, cumprem um papel fundamental na promoção do conceito por meio de *lobby* e em sua divulgação em fóruns

<sup>37</sup> <http://abcnews.go.com/Business/hoarding-hiring-corporations-stockpile-mountain-cash/story?id=10250559>

<sup>38</sup> <http://ftalphaville.ft.com/blog/2011/07/21/629881/willem-buiter-thinks-water-will-be-bigger-than-oil/>

<sup>39</sup> <http://blog.conservation.org/2012/01/making-waves-in-madagascar-putting-nature-into-the-equation/#sthash.tjGzyVOI.dpuf>

da ONU e empresariais. TNC, CI, WCS e Rainforest Alliance também uniram forças para criar um esquema de certificação para compensações de carbono florestal, o Climate, Community & Biodiversity Standard, o CCBS<sup>40</sup>; e CI e WCS forneceram o Secretariado para o Business and Biodiversity Offsets Programme entre 2004 e 2008.

*“Tendo criado um mecanismo de mercado para cortar carbono, muita gente parece esperar que ele se comporte de uma forma não mercadológica e proporcione redução da pobreza e benefícios colaterais de desenvolvimento sustentável. Mas, fundamentalmente, criou-se um mercado e ele está se comportando como se comportam os mercados, indo atrás das coisas mais eficazes, onde pode obter mais lucros, e eu acho que qualquer um que não esperasse que um instrumento do mercado se comportasse dessa forma não estava entendendo o que estava fazendo”.* Michael Grubb, ex-economista-chefe do Carbon Trust, com sede no Reino Unido<sup>41</sup>, disse em 2011 em relação a queixas de ONGs de que o MDL não estava contribuindo para o “desenvolvimento sustentável”, como o documento fundador do mecanismo disse que deveria. É provável que as esperanças e promessas de ONGs conservacionistas, de que um mercado de compensações de REDD beneficiará os povos da floresta, sejam frustradas da mesma forma com que as promessas de que o MDL poderia gerar Desenvolvimento Sustentável ficaram sem ser cumpridas.

## **Fundos de investimento especializados e formadores de mercado**

Para capitalizar sobre este esperado novo mercado de “serviços ambientais”, inúmeras empresas especializadas têm surgido nos últimos anos. Companhias como a Ecosystem Marketplace e a Canopy Capital proporcionam a visibilidade; vendedoras de créditos de carbono, como Carbon Neutral Company, Climate Care, a Bolsa Verde do Rio de Janeiro, facilitam a venda de créditos de compensação oriundos de projetos florestais e de biodiversidade ou projetos de restauração florestal; fundos de investimento especializados, como Althelia, Terra Global ou Forest Carbon Group ajudam a associar fundos privados que, em seguida, ficam disponíveis a empresas de compensação de biodiversidade e carbono florestal como Wildlife Works e ERA, e outras.

Outro importante formador de mercado é o Business and Biodiversity Offsets Programme (BBOP) do grupo Forest Trends<sup>42</sup>, voltado ao mercado. Liderado por uma cooperação internacional de representantes de empresas, instituições financeiras, governos e ONGs, o BBOP tem sido útil no desenvolvimento de princípios e normas para compensações de biodiversidade. Entre as ONGs que participam do Grupo Consultivo do BBOP estão Flora and Fauna International, CI, TNC, Birdlife International, WCS, Rainforest Alliance e WWF-Reino Unido. Entre seus esquemas-piloto de compensação de biodiversidade por meio de PSA, o BBOP menciona a grande mina de níquel e cobalto Ambatovy, em Madagascar, a avaliação retroativa de impactos associados a uma mina de carvão da Solid Energy na Nova Zelândia, atualmente fechada, uma mina de ouro da Newmont proposta para Gana e uma mina de platina da Anglo American na África do Sul<sup>43</sup>. A Solid Energy, assim como a Rio Tinto no estudo de caso acima, mencionou o interesse de manter sua “licença social para operar” como uma das razões para se envolver no projeto

---

<sup>40</sup> <http://www.climate-standards.org/about-ccba/>

<sup>41</sup> O Carbon Trust se descreve como “uma organização líder mundial em auxiliar empresas, governos e o setor público a acelerar a passagem à economia sustentável de baixo carbono, por meio da redução de carbono, de estratégias de economia de energia e a comercialização de tecnologias de baixo carbono”. <http://www.carbontrust.com/>

<sup>42</sup> [http://bbop.forest-trends.org/pages/biodiversity\\_offsets](http://bbop.forest-trends.org/pages/biodiversity_offsets)

<sup>43</sup> [http://bbop.forest-trends.org/pages/pilot\\_projects](http://bbop.forest-trends.org/pages/pilot_projects)

de compensação da biodiversidade: “As operações da indústria de minérios na Nova Zelândia (e, na verdade, internacionalmente) sofrem cada vez mais escrutínio público. É importante reconhecer que a compensação representa uma oportunidade para a Solid Energy construir e melhorar sua licença social para operar”<sup>44</sup>. A Newmont menciona que a empresa “demonstrou seu compromisso com a compensação de biodiversidade no Projeto Akyem em seu EIA [Estudo de Impacto Ambiental] de novembro de 2008”, esperando, assim, que as compensações propostas ajudem a empresa a obter a licença de mineração.<sup>45</sup>

## Universidades e consultorias

Universidades, institutos de pesquisa e consultorias cumprem um papel crucial no processo que está transformando a natureza em unidades comparáveis e, portanto, negociáveis, de “serviços ecossistêmicos”. Alguns também insistem em que o que estão fazendo é “apenas tornar visível o valor econômico da natureza” e às vezes insistem em que “isso não é o mesmo que dar preço a abelhas ou ecossistemas”. No entanto, o trabalho científico que eles fazem, a preparação das metodologias – dando credibilidade acadêmica a cálculos duvidosos e fingindo que é possível “internalizar” os custos externos – ajudam a preparar o terreno para o comércio do ecossistema. Aqueles que afirmam que o que fazem é diferente de dar preço à natureza entram facilmente em contradição com essa mesma afirmação, mesmo em suas próprias declarações, como mostra o exemplo a seguir, da página da “Valuing Nature Network”<sup>46</sup>, com sede no Reino Unido, uma coalizão de universidades, institutos de pesquisa, empresas e ONGs conservacionistas.

A seção “How to” (como fazer) da página da Network revela que, apesar de todas as palavras vagas sobre a ideia de que valorar é diferente de dar preço à natureza, o objetivo é, no entanto, “Dinheiro”:

*“Os efeitos ambientais dos investimentos alternativos são medidos em muitas unidades diferentes, como litros de água poluída/despoluída; toneladas de gases do efeito estufa liberadas ou o número de visitas feitas ao interior. Todas essas coisas afetam o bem-estar humano, mas, por serem medidas em unidades diferentes, é difícil compará-las para saber **onde melhor investir para proteger** o meio ambiente. A valoração econômica tenta medir o valor das mudanças ambientais nas mesmas unidades em que outros bens são medidos: dinheiro”.*

A frase “onde melhor investir para proteger” significa que “onde não for melhor investir para proteger”, as empresas podem continuar destruindo. Desenvolver as metodologias e cálculos que permitem à indústria e ao capital descobrir quais são esses lugares é o papel que universidades, institutos de pesquisa e consultorias cumprem no processo de financeirização da natureza.

---

<sup>44</sup> [http://www.forest-trends.org/documents/files/doc\\_3124.pdf](http://www.forest-trends.org/documents/files/doc_3124.pdf)

<sup>45</sup> [http://www.forest-trends.org/documents/files/doc\\_3122.pdf](http://www.forest-trends.org/documents/files/doc_3122.pdf)

<sup>46</sup> <http://www.valuing-nature.net/about>

# Rastreamento os fracassos da compensação por PSA

---

## A compensação da biodiversidade por meio de PSA avança, apesar do histórico de fracasso

Os promotores de compensações de biodiversidade parecem ter adotado a abordagem do Banco Mundial ao “Aprender Fazendo”: o aprendizado parece nunca estar acontecendo e o fazer simplesmente continua. Os programas de compensação da natureza já existem há décadas na Austrália, nos Estados Unidos e no Canadá e as experiências são predominantemente de fracasso. No Canadá, por exemplo, em projetos que visavam compensar a perda de habitat de peixes, os pesquisadores concluíram que 63% deles não conseguiram atingir a meta declarada de perda líquida zero<sup>47</sup>. Um dos muitos documentos sobre as falhas da compensação por meio de PSA nos Estados Unidos, mesmo que apenas por razões ecológicas, é um relatório de 2001 do Conselho Nacional de Pesquisa dos EUA. O documento contém todo um anexo de relatórios de 1983 a 2000, demonstrando que os locais de compensação em áreas úmidas fracassaram regularmente<sup>48</sup>. E um relatório de 2005 da Agência de Contabilidade do Governo dos EUA se chama “Proteção de áreas úmidas: Corpo de Engenheiros não tem uma abordagem de supervisão eficaz para garantir que a mitigação compensatória esteja ocorrendo.”<sup>49</sup> O documento *Critical review of Biodiversity Offset track Record*<sup>50</sup> inclui mais referências para estudos sobre o fracasso dos programas de compensação da biodiversidade.

## Compensações de biodiversidade no Reino Unido

Na Europa, o governo do Reino Unido está promovendo fortemente esquemas de compensação por PSA. O ex-Ministro do Meio Ambiente Owen Paterson explica o interesse do governo no sistema: A compensação “contorna o antigo problema de como fazer crescer a economia ao mesmo tempo que se melhora o meio ambiente [...] Eu acredito que, com um pouco de pensamento inovador, em muitos casos, é possível ter as duas coisas. É por isso que estou particularmente interessado em compensação da biodiversidade”.<sup>51</sup> Esse interesse do governo do Reino Unido em “pensamento inovador” provavelmente também é influenciado pelo fato de que “há mais de 300 bilhões de libras [de projetos de infraestrutura] esperando, de acordo com a Infrastructure UK, e grande parte disso será de projetos consideráveis que necessitam de EIA”, e muitos devem enfrentar forte oposição. Já existem exemplos onde as demandas de grupos comunitários locais para suspender a construção de programas de habitação de luxo que destroem “locais de interesse especial” ecologicamente importantes foram rejeitadas porque a empresa imobiliária usou “compensações” de biodiversidade para alegar que lidou com os impactos ambientais.<sup>52</sup> Exemplos do Reino Unido também mostram como a natureza, com toda a sua complexidade e interconexão, é reduzida a um único componente na aplicação do “pensamento inovador” pelo governo: o ex-ministro

---

<sup>47</sup> J. T. Quigley & D. J. Harper: (2006): Effectiveness of fish habitat compensation in Canada in achieving no net loss. *Environ Manage.* 2006 Março: 37(3):351-66.

<sup>48</sup> [http://www.nap.edu/catalog.php?record\\_id=10134](http://www.nap.edu/catalog.php?record_id=10134)

<sup>49</sup> <http://www.gao.gov/products/GAO-05-898>

<sup>50</sup> <http://www.fern.org/sites/fern.org/files/Critical%20review%20of%20biodiversity%20offsets.pdf>

<sup>51</sup> Environment secretary criticised over National Park schemes after speech in North Yorkshire [www.thenorthernecho.co.uk/news/10697397.Environment\\_secretary\\_criticised\\_over\\_National\\_Park\\_schemes\\_after\\_speech\\_in\\_North\\_Yorkshire/?ref=nt](http://www.thenorthernecho.co.uk/news/10697397.Environment_secretary_criticised_over_National_Park_schemes_after_speech_in_North_Yorkshire/?ref=nt)

<sup>52</sup> [http://www.northyntside.gov.uk/pls/portal/NTC\\_PSCM.PSCM\\_Web.download?p\\_ID=534271](http://www.northyntside.gov.uk/pls/portal/NTC_PSCM.PSCM_Web.download?p_ID=534271)

Paterson citou as compensações de biodiversidade em relação a uma autoestrada pedagiada como exemplo de como ele vê o funcionamento das compensações de biodiversidade: “*Eu acho que foram [perdidas] 10.000 árvores maduras e plantadas um milhão de árvores jovens.*”<sup>53</sup> Ele usou a comparação em relação a um conjunto habitacional polêmico que irá destruir uma floresta de 400 anos: uma floresta de 400 anos de idade substituída por uma plantação de um milhão de árvores jovens, e o Ministro do Meio Ambiente considera que o impacto ambiental foi anulado.

Além disso, a Força-Tarefa dos Mercados Ecosistêmicos do governo do Reino Unido fala de “*aproveitar a experiência financeira da cidade [de Londres] para avaliar as formas em que fluxos de receita e securitizações misturados melhoram o retorno sobre o investimento de um título ambiental*”<sup>54</sup>, e o governo está promovendo a compensação para acelerar a construção de casas, estradas, ferrovias e usinas de energia nuclear como forma de facilitar a superação das objeções ambientais.

Outro exemplo importante de proposta de uso da compensação de biodiversidade no Reino Unido é a expansão da altamente polêmica usina nuclear de Hinkley. A pesquisadora Sian Sullivan documenta este caso conectando a extração de urânio na Namíbia à geração de energia nuclear no Reino Unido. As compensações de biodiversidade são propostas para anular os danos ambientais, tanto no ponto de extração e expansão da mineração de urânio em um parque nacional que abriga importantes sítios arqueológicos quanto no ponto de “consumo” do urânio, no Reino Unido. Sullivan descreve como as compensações de biodiversidade estão contribuindo para uma “lavagem verde” da energia nuclear e da extração de urânio, e documenta as “*relações de poder e os interesses que são sustentados dessa forma*”.<sup>55</sup>

## Compensações de biodiversidade na França

Na região de Camargue, na França, “a compensação da biodiversidade é um novo álibi para os promotores do concreto”, explica a Amigos da Terra-França. No país, o banco CDC é um importante ator financeiro. O CDC comprou milhares de hectares do Coussoul, um ecossistema danificado na fronteira com a região de Camargue, no sul da França. A Camargue é o lar de espécies ameaçadas de extinção, como o sisão e o *bupreste de Crau* (um tipo de escaravelho). O projeto de restauração do CDC naquelas terras procura dinheiro de empresas para a restauração desse ecossistema em troca de um certificado de compensação que as empresas podem usar para fazer lavagem verde em danos ambientais de seus projetos em outros lugares. A destruição de um ecossistema é justificada pela “restauração” de outra área em um lugar diferente, como se as duas fossem intercambiáveis. Em vez de combater os danos causados pela urbanização e pelo transporte em alta velocidade para poucas, essa compensação “*permite a redução, em particular, de atrasos na aceitação dos projetos pelas comunidades locais*”, reconhecido na época pelo ministro francês do Meio Ambiente. Uma empresa já comprou esses créditos de biodiversidade, com a promessa de compensar os impactos ambientais de um projeto que está sofrendo oposição de grupos locais. No sudoeste da França, o CDC propôs que a Alienor, a construtora por trás de uma nova e polêmica rodovia, o projeto da autoestrada

---

<sup>53</sup> <http://www.thetimes.co.uk/tto/environment/article3965473.ece>, January 4, 2014

<sup>54</sup> <http://www.defra.gov.uk/ecosystem-markets/files/EMTF-VNN-STUDY-FINAL-REPORT-REV1-14.06.12.pdf>

<sup>55</sup> Sian Sullivan (2013): After the Green Rush? Biodiversity Offsets, Uranium Power and the ‘Calculus of Casualties’ in Greening Growth. In: Human Geography, Vol. 6 No.1, 2013

Pau-Langon (A 65), deve usar compensações pelo dano que o projeto causaria, financiando a compra ou a melhoria da gestão de 1.372 hectares de terras em outros lugares.

### ***Banco de habitats de vida selvagem na Malásia***

Um fundo norte-americano de *private equity* gerido pela New Forests Inc e a Equator Environmental LLC, juntamente com o governo de Sabah, lançou o Malua Wildlife Habitat Conservation Bank, em Sabah, na Malásia, para restaurar e proteger 34.000 hectares de floresta que haviam sido desmatados. O “Malua BioBank”<sup>56</sup> recebeu uma licença de 50 anos pelos direitos de conservação da reserva florestal desmatada. O Banco dividiu a área em blocos de 100 m<sup>2</sup> e começou a vender “Certificados de Conservação da Biodiversidade”. Nesse esquema, o “ativo” são as unidades de “100 m<sup>2</sup> de restauração e proteção da floresta”, que são comercializadas como “Certificados de Conservação da Biodiversidade” para empresas privadas que operam em setores extrativistas e de uso intensivo da terra na Malásia ou compram produtos desses setores. Segundo o banco, a venda de certificados visa “fazer da reabilitação e da conservação da floresta um uso da terra comercialmente competitivo”. Projeta-se que os 10 milhões de dólares iniciais investidos na reabilitação da reserva ao longo dos primeiros seis anos sejam recuperados com a venda dos certificados, e eles também vão manter um fundo fiduciário, o Malua Trust, para financiar a gestão da conservação no longo prazo, durante os 44 anos de contrato. Todos os lucros da venda dos certificados de biodiversidade serão compartilhados entre o Banco e o investidor.

### ***Compensações de urânio na Namíbia***

A pesquisadora Sian Sullivan descreve como o deserto central do Namibe, na Namíbia, vem testemunhando uma “corrida do urânio” nos últimos anos<sup>57</sup>. A empresa francesa Areva fornece urânio para a usina nuclear de Hinkley, no Reino Unido, mencionada no exemplo acima. A usina é operada pela empresa francesa de energia EDF. A Areva tem sido uma beneficiária fundamental da “corrida” do urânio na Namíbia, com seu diretor-presidente assinando uma parceria industrial com o ministro namíbio das Minas e Energia, na presença do presidente Hifikepunye Pohamba, em 5 de maio de 2009. Ela controla um terço das três minas de urânio atualmente em operação da Namíbia, em Trekkopje, prestes a se tornar a maior mina de urânio no sul da África e a décima maior do mundo. A mineração de urânio na Namíbia tende a ser a céu aberto, resultando em grandes pedaços de terra escavados. Em torno da mina, estão sendo instaladas as indústrias ligadas ao processamento de urânio, incluindo uma planta de dessalinização para fornecer as imensas quantidades de água exigidas no processo de extração e uma fábrica de produtos químicos para fornecer as substâncias necessárias para esse processo. Esses eventos afetarão a Walvis Bay Wetland, considerada a zona úmida costeira mais importante do sul da África e uma das três mais importantes do continente Africano. Em 2009, o governo alemão financiou um Estudo (de Impacto) Ambiental Estratégico (EIA), com intenção de desenvolver “um exemplo vivo de como a mineração pode contribuir para o desenvolvimento sustentável” na “Província de urânio do Namibe”. E, embora a avaliação de impacto mencione que “em nenhum dos cenários de mineração previstos, os benefícios

---

<sup>56</sup> <http://www.maluabank.com>

<sup>57</sup> Sian Sullivan (2013): After the Green Rush? Biodiversity Offsets, Uranium Power and the ‘Calculus of Casualties’ in Greening Growth. In: Human Geography, Vol. 6 No.1, 2013.

[...] econômicos se darão à custa do ambiente biofísico, que será um ‘perdedor’ líquido”, o SEA descreve a compensação de biodiversidade como uma contribuição para que a Namíbia “se posicione para capitalizar sobre uma marca de urânio ‘verde’”.<sup>58</sup>

## Os créditos de carbono de Madagascar para a Air France

Para combater as alterações climáticas, a Air France financia o “*Programa Holístico de Conservação de Florestas em Madagascar*” (*Holistic Conservation Programme for Forests in Madagascar*, HCPF), um projeto que visa combater o desmatamento em Madagascar. Em teoria, o projeto deve contribuir para preservar a biodiversidade, estocar emissões de CO<sub>2</sub> e também ajudar o “desenvolvimento humano sustentável”. No entanto, para os moradores das aldeias próximas, a realidade é exatamente oposta: o acesso à terra tem sido restrito e controlado.

Originalmente apresentado como um “*programa de solidariedade ambiental*”, o HCPF, realizado em Madagascar por GoodPlanet e WWF Madagascar, visa principalmente a “*avançar o conhecimento científico sobre carbono florestal*”. Em 2010, a Air France emitiu uma declaração inequívoca dizendo que o projeto não era, de forma alguma, um programa de compensação de carbono. Dois anos e meio depois, o programa revelou o que realmente é: a Air France confirma que o projeto irá gerar créditos de carbono, mas insiste em que não terá lucro com ele e que todo o dinheiro vai para comunidades locais. Um relatório e um vídeo da ONG Amigos da Terra-França mostram que isso tampouco é verdade<sup>59</sup>. O desenvolvimento do HCPF tira áreas florestais da população local e arrisca desalojar as pessoas que vêm seus meios de subsistência comprometidos. Assim, para que uma pequena minoria de clientes frequentes da companhia aérea possam continuar a poluir o planeta, as pessoas cujo sustento depende do acesso a essas florestas e cujo modo de vida tem contribuído quase nada para a crise climática são obrigadas a mudar sua maneira de viver: as florestas e a terra não são mais áreas naturais que possam fornecer um meio de subsistência local, e sim se tornaram estoques de carbono que devem ser protegidos para as companhias aéreas poderem oferecer vôos “neutro em carbono” a seus clientes. Pior ainda, para fiscalizar o que foi declarado uso proibido da terra pelos proprietários estrangeiros do projeto de “compensação” de carbono, criou-se uma polícia florestal: sua missão é rastrear aldeões que cortem partes da floresta e plantem comida para consumo próprio. Qualquer um que seja pego em flagrante arrisca levar uma multa pesada. Se o indivíduo não tem como pagar, é mandado para a prisão. E, como se as patrulhas em terra não fossem suficientes, aviões pequenos sobrevoam as aldeias para melhor vigiá-las.

## Créditos de restauração florestal no Brasil

Em 2012, o Brasil adotou um Código Florestal revisto. A legislação florestal preserva a exigência de que os proprietários de terra mantenham uma certa porcentagem de floresta intacta. A quantidade depende do tipo de floresta e, em comparação com a

---

<sup>58</sup> Ministry of Mines and Energy (MME), South African Institute for Environmental Assessment, and the German Federal Ministry for Economic Cooperation and Development: Strategic Environmental Impact Assessment (SEA) for the Central Namib Uranium Rush. Windhoek. MME 2010-11.

<sup>59</sup> French: <http://www.amisdelaterre.org/REDD-a-Madagascar-le-carbone-qui.html>  
English: <http://www.amisdelaterre.org/REDD-in-Madagascar-You-can-t-see.htm>

legislação anterior, as exigências foram reduzidas ao longo de cursos d'água, por exemplo. A mudança mais fundamental, porém, foi que a revisão do Código Florestal de 2012 exige que os proprietários de terra que no passado destruíram mais terra do que era permitido a restaurem dentro de um determinado número de anos. Anteriormente, se não tivessem restaurado a terra, eles correriam o risco de levar uma multa (embora houvesse muita debilidade na aplicação) e, acima de tudo, de não mais poder solicitar linhas de crédito rural, tendo que pagar mais por empréstimos. O Código Florestal revisto de 2012 introduziu a opção de que o proprietário da terra compre um "Crédito de Reserva Ambiental" (CRA) como alternativa a restaurar a floresta derrubada ilegalmente em sua propriedade. O crédito é vendido como promessa de que outra pessoa, em outro lugar, protegeu mais do mesmo tipo de floresta do que era necessário nos termos do Código Florestal, e, portanto, compensou o excesso de destruição de floresta cometido pelo comprador do CRA. Esses CRAs são agora negociados, entre outros lugares, na bolsa ambiental conhecida como a Bolsa Verde do Rio de Janeiro (BVRio). Isso permite que os proprietários, em lugares onde os preços da terra são elevados e onde as práticas destrutivas é lucrativo, continuem fazendo seus "negócios de sempre" ao comprar compensações por "crédito de restauração florestal" mais baratas, incluindo de regiões onde a ameaça de desmatamento é muito menor.

### ***Por que o comércio de serviços ambientais vai aumentar a injustiça ecológica e socioeconômica***

Em "*Measurement and alienation: making a world of ecosystem services*", Morgan Robertson explica como o processo que transforma natureza em um "serviço ecossistêmico" é parecido com o processo de transformar o trabalho humano em mão de obra assalariada, e provavelmente terá os mesmos efeitos profundos sobre a sociedade. Beverly Keene, da Jubilee South, afirmou: "*Já se sabe o que acontece quando se coloca um preço na parte da natureza que já foi atraída para os mercados financeiros, a terra: milhões de pessoas ficaram sem terra, a exclusão social tornou-se uma realidade e não levou à proteção da própria terra.*<sup>60</sup> *Estamos diante de outro Cercamento.*" Dos Cercamentos na Inglaterra do século XVIII à concentração de terras de hoje em dia, longe de respeitar os valores dos camponeses locais e das comunidades dependentes da floresta e povos indígenas, mantêm em relação a suas terras, dar preço à parte da teia da vida que hoje comumente chamamos de "terra", tem significado dar uma etiqueta de preço a essa parte da natureza. As consequências foram expropriação, pessoas sem terra e destruição de solos férteis para que se pudesse sugar o máximo de lucros de curto prazo para poucos, a um custo alto no longo prazo para a maioria da população.

Os defensores dos "Pagamentos por Serviços Ecossistêmicos" e, especialmente, do comércio de serviços "ecossistêmicos", ainda não explicaram por que as coisas seriam diferentes agora, quando já assistimos ao mesmo processo se desenvolver pelo menos duas vezes ao longo da história humana. A cada vez, as consequências foram mais miséria para a maioria e mais lucro para a pequena elite que controla o capital acumulado na rodada anterior da transformação de parte da natureza ou do trabalho humano em ativo financeiro.

---

<sup>60</sup> 1/3 of all fertile lands worldwide are considered degraded. Annually, we lose an area of fertile land the size of Bulgaria.

Embora o processo ainda esteja em suas etapas iniciais, os primeiros exemplos de como será o “comércio de serviços ambientais”, na realidade, já bastam para dizermos “não” a mais do mesmo.

## ***Os direitos das comunidades aos seus territórios – do acesso ao uso – tornam-se ainda mais precários***

Pavan Sukhdev, o ex-economista do Deutsche Bank que coordenou o estudo TEEB, promove a valoração econômica em natureza em uma palestra de 16 minutos com o título “*Dar um valor à natureza!*” Na palestra, ele diz: “*Na verdade, os pobres são os que mais dependem desses serviços ecossistêmicos. [...].*”<sup>61</sup> O que ele não menciona é que a expansão do capital significou destruição e impactos negativos sobre a vida de comunidades e a floresta da qual “os Pobres” dependem. Isso tem acontecido sempre que as empresas transnacionais compram ou adquirem concessões sobre áreas de floresta para extrair madeira, construir uma megabarragem, estabelecer uma plantação monocultora de óleo de dendê (palma), extrair petróleo ou minérios ou construir uma estrada. Com os projetos de compensação e a financeirização da natureza representados pelo comércio de compensações por “serviços ambientais”, os problemas que surgem são semelhantes, mas se manifestam com intensidade acelerada. Novos atores, sem qualquer presença visível na área, determinam o uso da terra local, não deixando claro quem está por trás dos processos, mas, sem dúvida, atuando em estreita articulação com as grandes empresas transnacionais e os bancos privados e estatais, e com facilidades oferecidas pelo Estado através da reformulação dos marcos jurídicos e regulatórios nacionais e internacionais.

## **Contratos de compensação representam um grande risco para o modo de vida tradicional das comunidades<sup>62</sup>**

Em 2004/2005, o WRM recebeu informações de que as comunidades indígenas e camponesas que haviam assinado um contrato de compensação de carbono por PSA para um projeto localizado em seus territórios nos Andes equatorianos foram forçadas a dar mais dinheiro do que estavam recebendo para cumprir as obrigações do contrato, após incêndios destruírem árvores que elas haviam plantado como “árvores de carbono”. A pesquisa conjunta com a organização equatoriana Acción Ecológica revelou, na época, como esses contratos de carbono podem ser arriscados para as comunidades. Foi o primeiro exemplo que encontramos, e muitos vieram desde então. A Censat-Amigos da Terra Colômbia analisou recentemente contratos de projetos de compensação por REDD. Sua análise de como esses contratos afetam comunidades envolvidas ou afetadas por esses projetos de compensação por REDD confirma as observações do WRM de que, na grande maioria das vezes: (a) as comunidades correm mais riscos do que os responsáveis pelo projeto, caso algo dê errado com o projeto, e são também as últimas a receber os benefícios, enquanto os materiais promocionais só falam sobre esses benefícios, e não

---

<sup>61</sup> A seguir, Sukhdev compara o quanto esses “serviços ecossistêmicos” formam o PIB de países como Brasil e Indonésia (2 a 15%, segundo Sukhdev) com o “quanto eles valem para os pobres” nesses países e cidades” – números entre 45% e 90%. Minuto 5:40 [http://www.ted.com/talks/pavan\\_sukhdev\\_what\\_s\\_the\\_price\\_of\\_nature.html](http://www.ted.com/talks/pavan_sukhdev_what_s_the_price_of_nature.html)

<sup>62</sup> Esta parte do briefing se baseia em uma análise realizada por CENSAT Agua Viva/Amigos de la Tierra Colombia e na própria análise do WRM de contratos assinados pelas comunidades envolvidas em projetos de compensação de carbono. O artigo completo descrevendo a pesquisa da CENSAT foi publicado com o título de “Contratos REDD: Despojo ilegítimo, por vías legales” na edição de dezembro de 2013, no. 79 de Biodiversidade: Leyes, políticas y economía verde al servicio del despojo de los pueblos. As citações nesta parte são, salvo outra indicação, do artigo da CENSAT citado aqui.

[http://www.wrm.org.uy/html/wp-content/uploads/2014/01/Esp\\_Biodiversidad\\_12\\_2013.pdf](http://www.wrm.org.uy/html/wp-content/uploads/2014/01/Esp_Biodiversidad_12_2013.pdf)

sobre os riscos; (b) os contratos incluem restrições a práticas tradicionais de uso da terra para, pelo menos, alguns na comunidade, embora, muitas vezes, essas restrições não sejam totalmente explicadas antes da assinatura dos contratos; (c) a pequena agricultura de coivara e práticas tradicionais são descritas como causas centrais do desmatamento, enquanto os motivos reais desse problema ou os riscos para a biodiversidade não são mencionados; (d) os contratos garantem a forasteiros, como os responsáveis pelo projeto, seus gestores e técnicos, e a outros ligados à comercialização do projeto de compensação, acesso quase irrestrito aos territórios em que a compensação está localizada; (e) as medidas de vigilância e monitoramento têm foco no uso comunitário das florestas, e não no desmatamento em grande escala ou na destruição da biodiversidade – e, muitas vezes, jogam os membros da comunidade uns contra os outros, já que entre as poucas ofertas de emprego está sempre o fiscal ou agente de vigilância local, cujo papel é passar informações sobre o uso que a comunidade faz da floresta aos responsáveis pelo projeto. Outra tendência já verificada em relação a esquemas mais antigos de PSA sem compensações é a de que, onde as comunidades recebem benefícios ou são oferecidos postos de trabalho, estes muitas vezes aumentam as desigualdades dentro da comunidade, com os benefícios indo principalmente para as elites locais e as restrições sendo aplicadas aos membros predominantemente marginalizados. Isso também acontece no caso de compensações por REDD.

A CENSAT diz que muitos contratos de REDD que avaliou estavam cheios de *“palavras escritas com a intenção de não serem compreendidas, não serem cumpridas”*, uma avaliação que corresponde à impressão do WRM sobre os contratos de compensação por REDD com que nos deparamos ao longo dos anos. Além disso, muitas vezes, as obrigações que as comunidades ou famílias assumem não são claramente explicadas ou são descritas em termos ambíguos, que podem ser facilmente mal interpretados. Procurar aconselhamento externo sobre esses documentos legais complicados e ambíguos é difícil pelo fato de que quase todos os contratos de REDD que a CENSAT analisou continham cláusulas rigorosas de confidencialidade.

A CENSAT conclui sua pesquisa com a chamada para *“não aceitar ou não assinar contratos para projetos de REDD, como precaução. Não assinar é a única maneira de evitar os riscos e conflitos que esses projetos de conservação por REDD podem gerar”*.

## ***Lucrando com a destruição***

---

### ***O comércio de “serviços ecossistêmicos” necessita que a destruição continue, pois, sem destruição, não há o que “compensar”***

O comércio de “serviços ambientais” não tenta modificar o atual modelo de produção e consumo, que é a causa das múltiplas crises que atualmente enfrentamos, incluindo a destruição gradual das florestas em todo o mundo. Em vez disso, o comércio de “serviços ecossistêmicos” anda de mãos dadas com a “economia verde”: ambos são baseados no pressuposto de que o crescimento ilimitado é possível em um planeta finito e de que se trata apenas de organizar melhor esse crescimento para torná-lo “verde”, para compensar os danos em um lugar e esperar que o ecossistema de outro lugar volte a crescer rápido o suficiente para estar pronto a tempo da próxima rodada de compensações. Como observou a Rio Tinto, “há potencial para que os conflitos pelo uso da terra se tornem um problema cada vez mais importante”,<sup>63</sup> não apenas para Rio Tinto, mas para todos os projetos de uso da terra relacionados à infraestrutura e à indústria. As compensações – sejam de carbono, biodiversidade, água, belezas naturais, restauração florestal ou os serviços de polinização que as abelhas prestam – cumprem um papel crucial nesse contexto de grandes conflitos relacionados às decisões sobre o uso da terra. Como mostra o caso dos planos de compensação da biodiversidade no Reino Unido, o governo espera “que a compensação da biodiversidade possa ajudar a acelerar a construção de casas ao tornar mais fácil a superação das objeções ambientais.”<sup>64</sup> Em outros lugares, as empresas usam as compensações para justificar a expansão da “mineração neutra em relação à biodiversidade”, das “usinas a carvão neutras em relação ao carbono”, da “mineração de urânio neutra em relação à biodiversidade”, em Parques Nacionais onde sítios arqueológicos são destruídos para dar espaço às minas, da ampliação de aeroportos e pistas de decolagem que supostamente seriam neutros em relação ao carbono e à biodiversidade, sem que a maioria da população faça uso dos aeroportos ou pediu por essa ampliação.

### ***Direitos da Natureza versus Permissão para Destruir***

Os defensores da valoração dos “serviços ecossistêmicos” dizem que é importante conseguir mostrar o “verdadeiro custo da destruição”. Há dois problemas com esta declaração. Primeiro, como observou Albert Einstein, “nem tudo o que pode ser contado conta, e nem tudo que conta pode ser contado”. Assim sendo, nunca haverá um número que reflita o “verdadeiro custo da destruição”. Nenhum cálculo matemático jamais vai conseguir captar os vários aspectos da natureza que são simplesmente incalculáveis – a alegria de ouvir o riacho correr sobre o seu leito rochoso, o som de um rouxinol, o cheiro de terra da madeira em decomposição cheia de insetos, as memórias da prática cultural captadas em pictogramas, entalhes em árvores, etc. Não é uma questão de aumentar o esforço, o financiamento ou as metodologias, e sim de conceber que cada cálculo

---

<sup>63</sup> Estudo de caso sobre a Rio Tinto em: WBCSD (2012): Biodiversity and ecosystem services scaling up business solutions. Company case studies that help achieve global biodiversity targets.

<sup>64</sup> Ancient woods face axe in drive for homes. Government plan to 'offset' loss of habitat. The Times newspaper 4 January 2014. <http://www.thetimes.co.uk/tto/environment/article3965473.ece>

matemático sempre captará apenas uma fração muito pequena do valor da natureza. A alegação de que a valoração da natureza ou o cálculo do “capital natural” de uma nação irá representar o valor total e verdadeiro dessa natureza não é apenas enganosa, mas também ridícula. No entanto, essa justificativa é repetida com frequência para seguir adiante com os cálculos que estão abrindo o caminho para o comércio de “serviços ecossistêmicos”.

Seguir nesse caminho nos leva em uma direção radicalmente diferente da aplicação do conceito de Direitos da Natureza como ponto de partida para o uso da terra e o planejamento econômico, e de trabalhar não a partir da premissa de dominação da natureza, mas de respeito a ela. As compensações – sejam de água, carbono, biodiversidade, belezas naturais, restauração florestal ou polinização por abelhas – não nos ajudam, nem individual nem coletivamente, como sociedade, a mudar nosso modelo econômico e nossa mentalidade rumo à suficiência. Como explicou Kevin Anderson, do Centro Tyndall<sup>65</sup>, as *compensações são piores do que nada*, porque mantêm a ilusão de que se podem seguir fazendo os “negócios de sempre” e criam a ilusão de que algo está sendo feito para mudar esses negócios.

### ***O PSA como forma de despolitizar a luta por outro modelo econômico e de desenvolvimento***

Há um segundo problema com a suposição de que mostrar o “verdadeiro custo da destruição” vai alterar as decisões políticas e empresariais que destroem a natureza. Os defensores ainda não explicaram de que forma mostrar esse número vai mudar essas decisões. O número, por si só, nada faz para tratar da necessidade de crescimento econômico contínuo em um sistema capitalista. Tampouco para mudar o atual desequilíbrio de poder e dominação, como ressalta o escritor britânico George Monbiot: *“Mesmo que não tivéssemos um número para jogar na cara deles, há séculos sabemos que os manguezais são de grande valor para a proteção costeira e como área de procriação para os peixes. Mas isso não impediu pessoas de pressionar e subornar políticos para que eles deixassem transformar essas florestas em fazendas de camarão. Se um hectare de fazenda de camarão gera 1.200 libras para um homem rico e bem relacionado, isso pode valer muito mais do que 12.000 mil para as pessoas oprimidas no litoral. Saber o preço não muda esta relação: mais uma vez, trata-se de poder”*.<sup>66</sup>

Os defensores da valoração da natureza não reconhecem que a questão subjacente é de política, poder e dominação, e tem a ver com o tipo de desenvolvimento que queremos buscar. Colocar o PSA e a valoração econômica da natureza no centro do debate despolitiza a discussão: o foco passa da decisão política a um debate sobre os aspectos técnicos de destruição. Nós já testemunhamos como as organizações e os movimentos que insistem em discutir que tipo de desenvolvimento buscar estão sendo marginalizados por políticos, corporações e expertos técnicos que querem que o diálogo seja realizado apenas com as partes da sociedade civil que forem “razoáveis”. A disputa, então, não é mais sobre construir ou não a estrada, licenciar uma mina em um Parque Nacional, derrubar a floresta antiga para um novo loteamento de luxo, etc, e sim sobre quantas unidades de qual qualidade de serviço ecossistêmico A, B, C e D são necessárias para compensar a destruição.

---

<sup>65</sup> Kevin Anderson (2012): The inconvenient truth of carbon offsets. Uma visão de mundo publicada em Nature. Abril de 2012. <http://www.nature.com/news/the-inconvenient-truth-of-carbon-offsets-1.10373>

<sup>66</sup> George Monbiot (2013): Pricing the Priceless. 18 de setembro de 2013. <http://www.monbiot.com/2013/09/18/pricing-the-priceless/>

Fingir que não há diferenças significativas entre os diferentes “PSAs” e que todos os esquemas desse tipo são basicamente a mesma coisa, impede um debate público honesto, transparente e incluyente, pois possibilita que muitas ONGs conservacionistas afirmem que “o REDD é apenas uma forma de reconhecer e dar apoio monetário aos povos indígenas pelo que eles já estão fazendo”. Muitos dos programas com as características descritas nos itens I e II já mostraram que são raras as situações em que “todos ganham”, e que mesmo esses programas podem prejudicar os direitos dos povos indígenas, enfraquecer a coesão das comunidades, causar conflitos ou elevar a desigualdade. Esses riscos aumentam ainda mais quando o PSA significa “pagar pela compensação”. Na verdade, esses diferentes tipos de arranjos têm níveis tão distintos de risco para os direitos dos povos indígenas e das comunidades que dependem da floresta, que não deveriam ser chamados pelo mesmo nome. A confusão que resulta de se agregarem todas essas modalidades de pagamento diferentes apenas ajuda grupos conservacionistas, negociadores e consultores do mercado financeiro interessados em criar novos produtos de compensação. Mas impede uma análise transparente e informada sobre as consequências dos diferentes esquemas de pagamento que são oferecidos às comunidades.

Essa confusão também dificulta a construção dos movimentos. Na UE e na América do Norte, a confusão entre os esquemas de PSA dos tipos I ou II, diferentes dos tipos III ou IV no que diz respeito ao comércio de carbono continua a ser um obstáculo ao debate honesto entre as ONGs, tornando mais difíceis as campanhas e a construção de alianças, por exemplo, em apoio à declaração “Scrap the ETS” que exige que o esquema de comércio de carbono da UE seja abolido e, portanto, prolonga o desastre dos mercados de carbono.

*“Enquanto fortalece os homens do dinheiro, a contabilidade do capital natural enfraquece o resto de nós e prejudica o envolvimento de todos”<sup>67</sup>*

---

<sup>67</sup> George Monbiot (2013): Pricing the Priceless. 18 de setembro de 2013. <http://www.monbiot.com/2013/09/18/pricing-the-priceless/>

## **Mobilizar para dizer não ao comércio de 'serviços ecossistêmicos'**

---

Dizer “Não às compensações” significa dizer “Sim” à manutenção das empresas dentro das leis definidas por limites claros, com multas e penalidades claros por violação do limite legal de poluição, e não de leis definidas por taxas que comprem permissão para destruir e poluir. Em Cochabamba, em abril de 2010, na primeira Conferência Mundial dos Povos sobre as Mudanças Climáticas e os Direitos da Mãe Terra<sup>68</sup>, estabeleceu-se uma aliança popular de organizações não governamentais, redes e movimentos sociais para ir em busca de sua própria agenda. Na Rio+20, o processo continuou e resultou em uma postura comum de oposição à “economia verde”, com uma agenda coletiva. Desde 2011, uma rede de organizações, movimentos, campanhas e comunidades afetadas de diferentes regiões do mundo vem construindo a campanha global para Desmantelar o Poder Corporativo e Acabar com a Impunidade.<sup>69</sup>

Os esquemas de PSA que dão permissão para destruir a natureza acima do que a lei permite aumentarão esse poder corporativo ainda mais. É necessário o oposto. Todos esses processos, portanto, precisam ser fortalecidos para que se possa lutar de forma eficaz contra as grandes corporações e instituições financeiras responsáveis pela financeirização da natureza e da vida em geral.

Hoje, é essencial, para começar, que os movimentos e organizações da sociedade civil exijam informações e transparência sobre os processos de financeirização que estão avançando rapidamente nos países do Sul. Acima de tudo, o papel dos governos tem que ser criticamente monitorado. Sem consultar de forma consistente, eles propõem e aprovam leis e decretos, muitas vezes contrários a suas próprias constituições e a acordos internacionais, para facilitar a apropriação da terra e da natureza por grupos do capital financeiro. Colocando os aspectos “técnicos” e aparentemente “complexos” da financeirização na linguagem mais simples possível é um importante primeiro passo para facilitar um debate mais público.

Quanto mais as pessoas estiverem cientes do problema e entenderem sua perversidade e seu impacto sobre a vida das comunidades que dependem das florestas ou da natureza em geral, e sobre todos os povos no longo prazo, mais possibilidades haverá de construir uma oposição sólida contra essas falsas soluções.

***A natureza não está à venda.  
Ela não tem preço, e deve ser defendida.***

---

<sup>68</sup> <http://pwccc.wordpress.com/2010/04/24/peoples-agreement/>

<sup>69</sup> <http://www.stopcorporateimpunity.org/>

## Aja

- Assine a declaração *Não às compensações de Biodiversidade* (ENG, FRA, ESP, POR e outros) <http://no-biodiversity-offsets.makenoise.org>
- Ajude a distribuir o Acordo dos Povos adotado na Conferência Mundial dos Povos sobre as Mudanças Climáticas e os Direitos da Mãe Terra, em abril de 2012, em Cochabamba, na Bolívia. <http://pwccc.wordpress.com/2010/04/24/peoples-agreement/>
- Apoie os grupos que exigem que a UE acabe com o mercado de carbono, o Esquema de Comércio de Emissões (ETS) da União Européia: Acabemos com o ETS da UE, <http://scrap-the-euets.makenoise.org/> (ENG, ESP, FRA)

## Outras referências para ler e assistir

- *Stop the takeover of nature by financial markets*. Curta metragem de animação sobre a apropriação da natureza pelos mercados financeiros e as alternativas reais que vêm da sociedade civil. Uma iniciativa de SOMO, Rede ATTAC Europeia, Food & Water Europe, Amigos da Terra, Carbon Trade Watch, WEED, Ecologistas en Acción, AITEC e Campagna per la Riforma della Banca Mondiale. Disponível em <http://vimeo.com/43398910>
- Página do REDD monitor, com artigos e blog em inglês. É o site mais lido com informações e análise críticas sobre o REDD e o comércio de “serviços ecossistêmicos” [www.redd-monitor.org](http://www.redd-monitor.org).
- Publicação do WRM ‘*Dez alertas sobre REDD para comunidades*’. Disponível em ENG, FRA, ESP, PORT; em PORT em <http://wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/10-alertas-sobre-redd-para-comunidades/>
- *Payments for ecosystem services and the fatal attraction of win-win solutions*. Artigo acadêmico de R. Muradian e outros. <http://r1.ufrj.br/cpda/wp-content/uploads/2013/11/Conservation-Letters.pdf>
- *Biodiversity offsetting in practice*. Relatório da FERN que descreve “como os esquemas de compensação de biodiversidade têm se saído até agora e mostra que o quadro está longe de ser cor de rosa”. Apresenta exemplos mostrando como as compensações de biodiversidade são usadas no Reino Unido e na França para minar a oposição local contra projetos de infraestrutura desnecessários e grandes. [http://www.fern.org/sites/fern.org/files/Biodiversity3\\_EN.pdf](http://www.fern.org/sites/fern.org/files/Biodiversity3_EN.pdf) (disponível em francês em breve).
- *Green Economy: Commoditization of the Commons*. Artigo do IATP que explica a conexão entre Economia Verde e a comercialização de PSA relacionados à água. [http://www.iatp.org/files/2012\\_03\\_09\\_GreenEconomyWater\\_SV.pdf](http://www.iatp.org/files/2012_03_09_GreenEconomyWater_SV.pdf)
- *Nature is not for Sale! Respect communities' rights. Stop the takeover of nature by finance!* Folheto produzido pela ONG Amigos da Terra-França, que mostra por que tornar negociáveis a natureza, os ecossistemas e a água não vai resolver nossa atual crise global. Também critica a “Declaração do Capital Natural” do setor financeiro, que descreve os novos mecanismos de mercado que o setor pretende usar como parte da chamada “economia verde”. Disponível em FRA; ESP, ING. <http://www.criticalcollective.org/?publication=nature-is-not-for-sale>
- Morgan Robertson (2006): The nature that capital can see: science, state, and market in the commodification of ecosystem services. *Environment and Planning D: Society and Space* 24:367–387.
- Kathleen McAfee (2012): The contradictory logic of global ecosystem markets. *Development and Change* 43(1)

- Melissa Leach & Ian Scoones (2013): Carbon forestry in West Africa: The politics of models, measures and verification processes. *Global Environmental Change* 23 (2013) 957-967

### Somente em português

- Biodiversidade à venda? Saiba por que o TEEB – A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade – pode transformar natureza em mercadoria (2011). [http://br.boell.org/downloads/pdf\\_teeb\\_final\\_05-12.pdf](http://br.boell.org/downloads/pdf_teeb_final_05-12.pdf)
- REDD. Mercado de Carbono. Pagamento por Serviços Ambientais. O que são? O que fazer? [http://wrm.org.uy/html/wp-content/uploads/2012/12/cartilha REDD PSA carbono.pdf](http://wrm.org.uy/html/wp-content/uploads/2012/12/cartilha_REDD_PSA_carbono.pdf)
- Lei de Pagamento por Serviços Ambientais do Acre beneficia mercado financeiro. De Amyra El Khalili <http://terramagazine.terra.com.br/blogdaamazonia/blog/2012/08/14/lei-de-pagamento-por-servicos-ambientais-do-acre-beneficia-mercado-financeiro/>
- Outros relatórios e vídeos do WRM que documentam o impacto do REDD e dos projetos de compensação por plantio de árvores estão disponíveis em <http://wrm.org.uy/browse-by-subject/mercantilization-of-nature/redd/> e <http://wrm.org.uy/browse-by-subject/mercantilization-of-nature/>

### **Lista de relatórios sobre impactos do PSA e dos projetos REDD sobre comunidades**

- **Carbon Discredited.** FERN, 2012. *“O Projeto Piloto de Compensação de Carbono da Floresta de N’hambita, em Moçambique, gerido pela empresa Envirotrade, e inicialmente financiado com dinheiro da Comissão Europeia (CE), não conseguiu cumprir a maioria de seus objetivos relacionados a mudança climática, desenvolvimento, finanças e aprendizagem. A Envirotrade sugere que as emissões foram compensadas com supostos estoques de carbono em Moçambique, o que ela não pode calcular por causa dos problemas inerentes a padrões de referência e à impossibilidade de confirmar as alegadas economias.”*
- **REDD: the realities in black and white.** Pela ONG Amigos da Terra. 2010. *“A redução de Emissões por Desmatamento nos Países em Desenvolvimento” traz a perspectiva atraente de mitigação das mudanças climáticas, conservação da biodiversidade ameaçada e o tão necessário financiamento do desenvolvimento a Povos Indígenas pobres e comunidades locais que vivem nas florestas – ao mesmo tempo em que oferece ganhos significativos para os investidores. Tudo isso levanta imediatamente a questão: o REDD é bom demais para ser verdade? A resposta, infelizmente, é ‘sim’. [...] Os estudos de caso contidos neste relatório mostram claramente que já há uma grande corrida ao REDD.”*
- **In the REDD: Australia’s carbon offset project in central Kalimantan.** Amigos da Terra, 2011. *“O Kalimantan Forests and Climate Partnership (KFCP) é um acordo bilateral sobre florestas e clima entre os governos da Indonésia e da Austrália, que foi anunciado pela primeira vez em 2007. Pretendem-se produzir créditos de carbono através da redução de emissões por desmatamento e degradação da terra. [...] O relatório analisa a eficácia social e ambiental do KFCP à luz dos novos acontecimentos, tanto em Kalimantan quanto na política nacional de REDD na*

*Indonésia. Conclui-se que as compensações de carbono florestal por REDD são uma falsa solução para a mudança climática.”*

- **REDD+ à Madagascar : le carbone qui cache la forêt.** Basta! & Amigos da Terra França. 2013.
- **Les Chasseurs de Carbone.** Noemie Bisserbe, 2011. O projeto REDD ‘Kasigau Corridor’ no Quênia. (somente em francês)
- **Fixing Carbon, Losing ground.** Payments For Environmental Services and Land (in)security in Mexico. Tracey Osborne. Human Geography. Volume 6, No. 1, 2013. *“Tracey Osborne mostra como os requisitos do programa nacional de Pagamento por Serviços Ambientais do (PSA) do México para fronteiras identificáveis e o armazenamento de longo prazo de carbono parece facilitar a certificação de terras, o passo inicial para a privatização. Ela documenta a forma como a certificação de terras, por si só, impulsiona mercados locais de terras e produz insegurança fundiária sem privatização. Isso, por sua vez, ameaça o acesso à terra para os membros mais marginalizados das comunidades, como mostrado no exemplo de La Corona, uma comunidade na Selva Lacandona in Chiapas, no México.”* <http://www.hugeog.com/>
- **Democratic Republic of Congo. Conservation International REDD pilot project: a different kind of Disney production.** Belmond Tchoumba para o WRM, 2011. *“Este relatório é baseado nas conclusões da pesquisa realizada pelo WRM sobre o projeto-piloto de REDD a ser realizado pela Conservação Internacional e a Walt Disney Company, na província de Kivu do Norte, na República Democrática do Congo, especificamente nas chamadas reservas comunitárias de Tayna e Kisimba-Ikobo. [...] Existem graves conflitos fundiários e florestais entre os membros das comunidades de Kisimba e Ikobo e entre estes e os responsáveis pelo projeto. Aqueles que se opõem ao projeto acreditam que ele retira os direitos fundiários e florestais deles sobre seus territórios ancestrais, o que consideram inaceitável. [...] Este estudo de caso revela que as comunidades locais estão arriscando ser marginalizadas por um processo que não entendem e em que não têm permissão para participar. Alguns acreditam que o grande desenvolvimento e os ganhos pessoais prometidos pelo projeto irão mudar suas vidas para melhor, embora nunca se tenha especificado a forma real dessas mudanças. As comunidades de Kisimba e Ikobo, em particular, querem um tipo diferente de envolvimento na conservação da floresta e da biodiversidade e, possivelmente, em projetos de REDD, mas somente com a condição de que consigam manter o controle sobre suas florestas.”*
- **Carbon Trading and REDD+ in Mozambique: farmers ‘grow’ carbon for the benefit of polluters.** Via Campesina Moçambique, 2012. *“A produção de alimentos e a soberania dos povos na África poderia ser comprometida gravemente por projetos de captura de carbono e o chamado mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal + (REDD+). Eles podem agravar a insegurança alimentar no continente e resultar na perda de controle sobre os recursos da terra e da floresta pelos agricultores africanos. Este cenário pode se tornar realidade em um futuro próximo em Moçambique, pois o país ofereceu suas terras para servir como “modelo” para projetos de captura de carbono e REDD+”.*
- **Market Masquerades: Uncovering the Politics of Community-level Payments for Environmental Services in Cambodia.** Sarah Milne e Bill Adams, 2012. Artigo em Desenvolvimento e Alteração. *“O artigo explora as dimensões sociais e políticas de um esquema de PSA ‘de tipo REDD’ no Camboja, onde foram feitos pagamentos por desmatamento evitado e conservação da biodiversidade às comunidades nas*

Quando o “pagamento por serviços ambientais” fornece uma licença para destruir. WRM 2014

*montanhas Cardamomo. [...] A política do projeto pode se esconder atrás de uma fachada técnica, apelando às qualidades aparentemente naturais e objetivas das forças de mercado e criando uma farsa convincente, mas enganosa. Examinamos esse processo aqui, explorando como a conservação em estilo de mercado ou neoliberal pode redefinir poderosamente as relações entre natureza e sociedade e, ao mesmo tempo, disfarçar seu caráter político por trás da metáfora do mercado.”*

- **Carbono versus alimentos.** Estudio de caso sobre el proyecto de “compensación carbono forestal Justo” de la empresa francesa Pur Projet en la región de San Martín, Perú”. Amigos da Terra França. Disponível em Inglês, Francês e Espanhol em <http://www.amisdelaterre.org/purprojet>